

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO

ANÍBAL SALTÓRIO DE ALMEIDA JÚNIOR



**“O CONSELHO ESCOLAR DA EMEF ‘MARIA AUGUSTA TAVARES’:
APROPRIAÇÃO DA REALIDADE E PROPOSIÇÃO DE
ALTERNATIVAS” – (PRODUTO EDUCACIONAL 02)**



CARIACICA

2019

Sumário

1. O CONSELHO ESCOLAR DA EMEF “MARIA AUGUSTA TAVARES”: APROPRIAÇÃO DA REALIDADE E PROPOSIÇÃO DE ALTERNATIVAS	2
1.1. Encontros de Formação com os conselheiros da EMEF “Maria Augusta Tavares”: possibilidades e desafios	14
1.1.1. 1º Encontro Formativo	17
1.1.2. 2º Encontro Formativo	26
1.1.3. 3º Encontro Formativo	30
1.1.4. 4º Encontro Formativo	41
1.1.5. 5º Encontro Formativo	48
1.2. Participação dos conselheiros escolares nos Encontros Formativos	57
2. REFERÊNCIAS.....	62

1. O CONSELHO ESCOLAR DA EMEF “MARIA AUGUSTA TAVARES”: APROPRIAÇÃO DA REALIDADE E PROPOSIÇÃO DE ALTERNATIVAS

Nesse capítulo trataremos de refletir sobre as ações desempenhadas pelo Conselho Escolar da Unidade de Ensino (registradas no livro de Atas), bem como descrever os encontros formativos propostos com o grupo. Ele é parte do **Produto Educacional**, constituindo-se “Produto Educacional 02”. Essa reflexão será construída a partir da triangulação existente entre os dados produzidos (empíria), a análise/interpretação feita e o referencial teórico utilizado. Tais ações nos possibilitarão compreender a dinâmica de funcionamento e de organização do órgão colegiado da escola. É importante frisarmos, no contexto das análises feitas acerca do objeto, que a realidade vivenciada na Unidade Escolar é bastante próxima, pois atuamos nesse espaço durante 06 (seis) anos (2013-2018) como professor regente da disciplina de Geografia.

A produção de dados, no campo, foi estabelecida a partir de três fontes: documental; depoimentos; e o processo formativo construído com o grupo de conselheiros. A fonte documental está dividida em dois níveis: um que corresponde à legislação que organiza o Sistema Municipal de Ensino de Cariacica, e outro correspondente ao Projeto Político Pedagógico da escola e ao livro de Atas do Conselho Escolar.

O livro de Atas do Conselho de Escola é um documento produzido por seus conselheiros e que registra os assuntos discutidos por esse órgão, as ações que por ele foram desenvolvidas e as decisões tomadas em reuniões, sejam elas ordinárias ou extraordinárias, conforme estabelecido no Decreto Nº 111/2004, Art. 8º, § 2º. O registro das reuniões do Conselho de Escola deve ser feito em livro próprio e exclusivo para esse fim, não sendo permitido que outros tipos de registros sejam feitos no mesmo. Essa é uma forma de resguardar as deliberações encaminhadas e facilitar sua consulta, quando necessário.

O atual livro onde são lavradas as Atas do Conselho Escolar da Unidade de Ensino é um documento que guarda os registros das reuniões feitas de agosto de 2015 em diante. As reuniões anteriores a esse período não estão em livros, encontram-se em folhas avulsas organizadas em pastas plásticas. Nesses documentos, não se pôde identificar uma organização cronológica de ocorrência/acontecimento, apesar de

estarem datadas. Além dos registros de Atas das reuniões do Conselho de Escola feitas em folhas avulsas, outros papéis podem ser encontrados junto às Atas: correspondências internas (CI's) recebidas da Secretaria Municipal de Educação – SEME, panfletos com informações sobre o Conselho de Escola, convocação para reuniões, papéis sobre a Caixa Escolar¹ da Unidade de Ensino, entre outros.

Os gestores, que assumiram seu primeiro mandato a frente da Unidade de Ensino no início do ano de 2015, afirmaram desconhecer a localização dos livros de Atas e registros das reuniões do Conselho anteriores ao período em que assumiram a gestão da escola. Disseram ainda ter sido com muitas dificuldades que encontraram os poucos registros existentes que antecedem sua gestão.

De posse dos registros das reuniões do Conselho de Escola conseguimos proceder a organização e análise do material. Foram encontrados registros referentes a 59 (cinquenta e nove) reuniões realizadas entre novembro de 2008 e julho de 2019. Para facilitar a consulta e o entendimento dos registros elaboramos um “quadro-resumo” (Quadro 1) apresentado a seguir:

QUADRO 1: ANÁLISE DAS ATAS DO CONSELHO DE ESCOLA	
DATA	MOTIVAÇÃO DA REUNIÃO/ASSUNTO DISCUTIDO
01/11/2008	Convocação da reunião para tratar dos seguintes assuntos: reestruturação do Conselho de Escola; elaboração de um cronograma de reuniões e para comunicar sobre a TV de 29 polegadas que o vigilante noturno deixou cair (após a ronda do turno noturno, o vigilante foi até o auditório e puxou o suporte da TV para que pudesse assisti-la, deixando-a cair no chão).
04/12/2008	Apresentação dos novos representantes do Conselho de Escola e sobre a situação do vigilante que deixou a televisão cair no chão e que não tem condições para comprar uma nova, ressarcindo o prejuízo da escola.
18/03/2009	Convocação da reunião para tratar do orçamento para aquisição ou reparo (não está explícito o real motivo a que se refere esta reunião) da televisão de 29 polegadas.
07/04/2009	Tratar da situação do vigilante noturno e do excesso de atestados médicos de alguns servidores/funcionários.
16/06/2009	Reunião convocada para tratar dos seguintes assuntos: prestação de contas, necessidade de aquisição de material permanente e de alunos com problema de indisciplina.

¹ De acordo com o Art. 1º, da Lei Nº 4.354/2005, as Caixas Escolares são “[...] associações sem fim econômicos, dotadas de personalidade jurídica de direito público e estruturas de direito privado, com a finalidade, dentre outras, de gerir os recursos financeiros repassados às unidades de ensino pelo poder público [...]”. (CARIACICA, 2005).

10/04/2012	Tratar da indisciplina e do baixo rendimento de um grupo de alunos.
09/06/2012	Reunião convocada para tratar dos funcionários faltosos e descompromissados com a escola.
13/09/2012	Tratar da indisciplina e do baixo rendimento de um grupo de alunos.
02/05/2013	Tratar sobre indisciplina e baixo rendimento de um grupo de alunos.
08/08/2013 (Reunião Ordinária)	Reunião ordinária para tratar da formação que será dada aos novos conselheiros do Conselho de Escola.
26/08/2013	Reunião convocada para tratar do elevado número de faltas de um grupo de alunos e que, caso não seja feito algo em caráter de urgência, culminará na reprovação dos mesmos.
25/09/2013	Convocação para deliberar sobre os procedimentos a serem adotados devido a paralisação parcial das aulas nos dias 28 e 29/08 por motivo de queda de energia no bairro.
13/10/2013	Tratar do problema causado pelos alunos que foram ao “passeio da escola” sem a devida autorização e conhecimento dos pais/responsáveis (caso de indisciplina).
11/12/2014 (Reunião Ordinária)	Escolha dos coordenadores de turno para o ano letivo de 2015.
28/08/2015	Dois alunos desacataram e ameaçaram a professora. Todos foram encaminhados à delegacia para esclarecimento e registro de B.O. Foi decidido, pelo Conselho, que os alunos envolvidos deveriam ser transferidos de escola.
31/08/2015	Dar ciência aos responsáveis de um dos alunos envolvidos na confusão que motivou a reunião passada de que este seria transferido. A mãe acatou a decisão do Conselho. Transferência da professora, que foi trabalhar na Secretaria de Educação.
07/10/2015	Reunião convocada para tratar de assuntos referentes à EJA e para escolher o presidente e o secretário do Conselho de Escola.
09/10/2015	Reunião convocada para tratar dos casos de um grupo de alunos indisciplinados.
21/10/2015 (Reunião Ordinária)	Reunião ordinária para decidir/referendar sobre os coordenadores do turno matutino.
21/10/2015	Tratar de alunos indisciplinados; desrespeitosos com os professores, funcionários da escola e com os colegas de classe; desinteressados e que não cumprem com as atividades escolares (baixo rendimento).
04/11/2015 (Reunião Ordinária)	Escolha dos coordenadores de turno para o ano letivo de 2016.
01/11/2016 (Reunião Ordinária)	Reunião para escolha dos coordenadores do turno vespertino para o ano letivo de 2017.

22/03/2017	Convocação dos responsáveis para tratar da vida escolar do aluno que vem apresentando os mesmos problemas há muito tempo: indisciplina, falta de responsabilidade com as atividades escolares, entre outros. Sugestão de remanejar para o noturno, pois ele já tem 16 anos e seu tamanho e comportamento destoam do restante da turma.
12/04/2017	Reunião convocada para tratar, juntamente com os membros do Conselho de Escola, sobre a proposta de mudança de ação do PDE Escola.
15/05/2017	Convocação da família para tratar de assuntos referentes a um aluno agressivo, que sempre mente e não assume seus atos (foi encontrado o material de um colega em sua bolsa e, mesmo o colega procurando o mesmo, ele fez de conta que não era com ele e não assumiu a autoria).
13/06/2017	Convocação da família para deliberar sobre alunos que foram pegos com entorpecentes (loló) dentro da escola. Eles usaram tal substância no ambiente escolar.
19/09/2017	Reunião do Conselho para deliberar sobre a situação de alunos que têm apresentado conduta indisciplinar, baixo rendimento e envolvidos em diversas situações conflituosas.
29/09/2017	Convocaram os responsáveis de duas alunas que não obedecem ou mesmo respeitam as normas escolares, não cumprem com suas tarefas escolares, desrespeitam professores e funcionários da escola, colegas, entre outros.
09/10/2017	Dar ciência aos responsáveis dos alunos que os mesmos levaram bebida alcoólica para ser consumida em aula de campo promovida pela escola.
18/10/2017	Tratar de assuntos referentes à conduta de dois alunos que não respeitam nem os colegas nem os professores; possuem várias ocorrências pelos mesmos motivos e a escola não pode nem sabe mais o que fazer, visto que todas as possibilidades que estavam ao seu alcance foram tratadas.
14/11/2017	Convocação dos responsáveis para tratar de assuntos referentes aos alunos: conduta inadequada; desrespeito aos colegas, professores e funcionários da escola; agressividade; não cumprimento das normas e atividades escolares; etc.
13/12/2017	Convocação dos responsáveis para tratar de um episódio envolvendo três alunos: estavam fumando maconha no banheiro da escola.
12/03/2018	Tratar de assuntos referentes à conduta de um aluno que não cumpre as atividades, não participa das aulas, tumultua a sala de aula (jogou balas para que os colegas pegassem - "galinha gorda"), acertou a professora com uma bolinha de papel, entre outros.
12/03/2018	Aluna que sofreu <i>bullying</i> .
26/03/2018	Convocação dos responsáveis por um aluno que já foi transferido da escola e retornou mediante a assinatura de um "termo de compromisso", aceitando as normas da escola e se comprometendo com os estudos, visto que já apresentou muitos problemas nessa escola (que motivaram sua transferência), sendo também repetente. O aluno (menor de idade) estava fumando do lado de fora da escola,

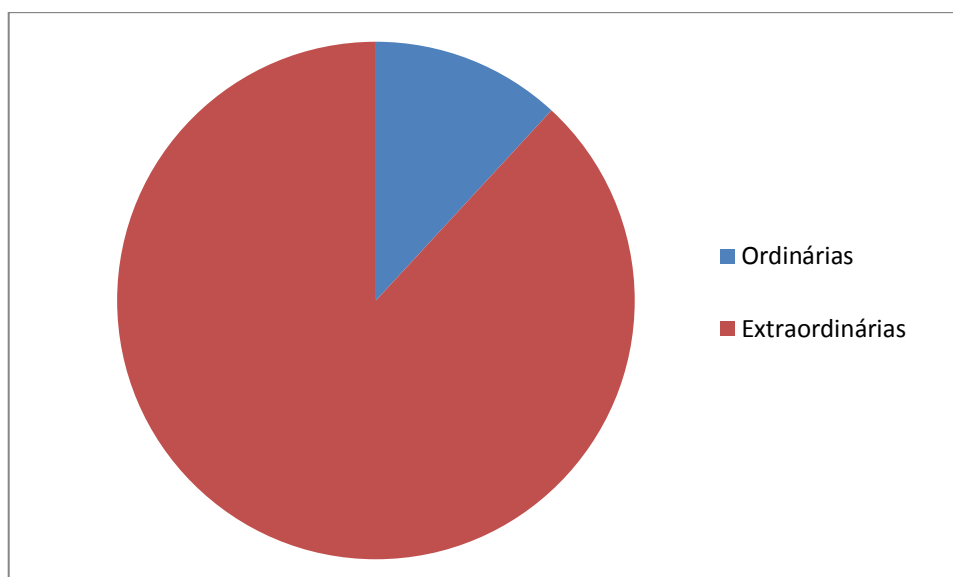
	entrou no espaço escolar com o maço de cigarros a tira colo e foi pego de posse do mesmo dentro da escola.
03/04/2018	Tratar de assuntos referentes a um aluno que é debochado, desrespeitoso, irônico, apresenta todo tipo de problema e foi pego fumando dentro da escola.
02/05/2018	Convocação dos responsáveis de alguns alunos que apresentam os mesmos problemas “desde o ano retrasado” (não obedecem as normas da escola, não cumprem com suas atividades, tumultuam o andamento das aulas, são repetentes, entre outros). Foram dadas todas as oportunidades possíveis aos alunos, mas que agora eles precisam ser transferidos para que possam tentar aproveitar a oportunidade de aprendizado escolar.
30/05/2018	Convocação dos responsáveis por motivos de indisciplina, agressões, promoção de tumulto em sala de aula e nas dependências da escola, etc.
13/06/2018	Tratar sobre a situação de uma aluna que está em defasagem idade-série e que apresenta sempre os mesmos problemas: indisciplina, não cumpre com suas responsabilidades e atividades escolares, etc.
13/06/2018	Convocação dos responsáveis para dar ciência de que a filha apresenta potencial para se desenvolver, mas que as faltas constantes a prejudicam. Ela justifica suas faltas dizendo que não gosta de acordar cedo e que os colegas de classe são muito “crianças”. Sugestão de transferir para o noturno (EJA), pois a aluna possui idade e o pessoal da EJA é mais velho, mais maduro.
01/10/2018	Convocação dos responsáveis para tratar da indisciplina de dois alunos.
01/10/2018	Tratar de assuntos referentes a dois alunos que são desrespeitosos, agressivos e têm péssimo comportamento dentro da escola. Eles disseram em sala que “iriam dar tiro em todo mundo”, além de fazerem prática constante de apologia ao crime.
01/10/2018	Convocação dos pais para tomarem ciência do comportamento do filho. O aluno se nega fazer qualquer atividade escolar. É agressivo com os professores, coordenadores e qualquer outro funcionário da escola.
14/11/2018	Convocação dos responsáveis para tratar da conduta da aluna que estava portando e fazendo uso de bebida alcoólica em evento promovido pela escola (aula de campo).
14/11/2018 (Reunião Ordinária)	Tratar do problema de defasagem no atendimento escolar às crianças da comunidade. Proposta de receber, no próximo ano, turmas das séries iniciais do Ensino Fundamental. Tal situação foi elucidada pela Secretaria Municipal de Educação – SEME e partilhada com a gestão da escola, que tem boa infraestrutura (salas de aula em quantidade satisfatória e espaço físico) para atender a essa demanda. Eles afirmaram ser necessário fazer essa readequação e reorganização do atendimento escolar prestado à comunidade por essa Unidade de Ensino.
21/11/2018	Esclarecer sobre os assuntos tratados na reunião anterior e fazer que cessem os “boatos” acerca da nova organização do ensino ofertado pela escola. Houve a votação para definir como seria a distribuição das turmas para o próximo ano letivo, visto que, com a redução do

	número de turmas das séries finais do Ensino Fundamental e a abertura de turmas das séries iniciais, a carga horária de trabalho e a vida dos professores da escola sofreria grandes alterações e muitos teriam que sair da Unidade e migrar para outra. A votação foi no intuito de ver como ficaria essa situação: se as maiores mudanças ocorreriam no turno matutino ou se no vespertino. Atendendo às necessidades da comunidade, o Conselho votou pela abertura de turmas das séries iniciais do Ensino Fundamental no turno matutino, pois é melhor para que as crianças pequenas estudem pela manhã (na visão dos membros do Conselho).
30/11/2018 (Reunião Ordinária)	Tratar da organização do atendimento escolar (distribuição de turmas e turnos) para o ano letivo de 2019.
15/02/2019	Reunião convocada para tratar da indisciplina e conduta de dois alunos, que não respeitam as normas da escola.
17/04/2019	Tratar da indisciplina e do mau comportamento de um aluno que já vem dando trabalho desde o ano passado e que já foram dadas todas as oportunidades possíveis para que ele mudasse sua forma de agir dentro do ambiente escolar.
17/04/2019	Reunião convocada para tratar da indisciplina de um aluno, fato que já lhe rendeu muitas ocorrências, além do baixo rendimento por não cumprir com as atividades escolares.
24/04/2019	Formação dos representantes do Conselho Escolar.
08/05/2019	Formação dos representantes do Conselho Escolar.
22/05/2019	Formação dos representantes do Conselho Escolar.
29/05/2019	Convocação para tratar, junto com o Conselho de Escola, da situação das contas da escola que se encontram em aberto. Essa reunião foi marcada a pedido da Secretaria Municipal de Educação para dar ciência aos membros do Conselho que as pendências apresentadas durante a prestação de contas impede o repasse das próximas verbas.
05/06/2019	Formação dos representantes do Conselho Escolar.
26/06/2019	Formação dos representantes do Conselho Escolar.
04/07/2019	Tratar dos casos de indisciplina e mau comportamento de alguns alunos, que não respeitam as normas e o ambiente escolar, não cumprem com suas atividades e, mesmo após todas as oportunidades dadas para que mudem de atitude, continuam dando os mesmos problemas, sem melhora alguma.
04/07/2019	Tratar da indisciplina de uma aluna, que não cumpre com suas tarefas escolares; é debochada e irônica.
04/07/2019	Reunião convocada para tratar do caso de indisciplina de um aluno que não cumpre com suas atividades escolares e que agrediu fisicamente um colega em duas oportunidades em menos de um mês.

Fonte: Elaboração do autor.

Das 59 (cinquenta e nove) reuniões do Conselho de Escola, registradas em Ata, apenas 07 (sete) foram reuniões ordinárias (marcadas com antecedência, obedecendo a um cronograma previamente estabelecido com vistas a debater assuntos pertinentes à organização e ao funcionamento da Unidade de Ensino). Em quase 11 (onze) anos de reuniões registradas em Atas, apenas 07 (sete) reuniões ocorreram a partir de um planejamento feito, sendo que estas deveriam acontecer a cada 02 (dois) meses (Decreto Nº 111/2004, Art. 9º, inciso I). A seguir, apresentamos o Gráfico 1, que representa a distribuição das reuniões do Conselho de Escola de acordo com o tipo de agendamento e marcação.

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS REUNIÕES DO CONSELHO ESCOLAR



Fonte: Elaboração do autor.

Acerca da realidade do Conselho Escolar da Unidade de Ensino cabem algumas reflexões: o trabalho desenvolvido pelo Conselho Escolar denota excesso de causas emergenciais que motivam a convocação para reuniões extraordinárias ou a falta de planejamento para a realização de reuniões ordinárias? Caso houvesse o planejamento de reuniões ordinárias a cada 02 (dois) meses, haveria a necessidade de convocar os conselheiros para tantas reuniões extraordinárias?

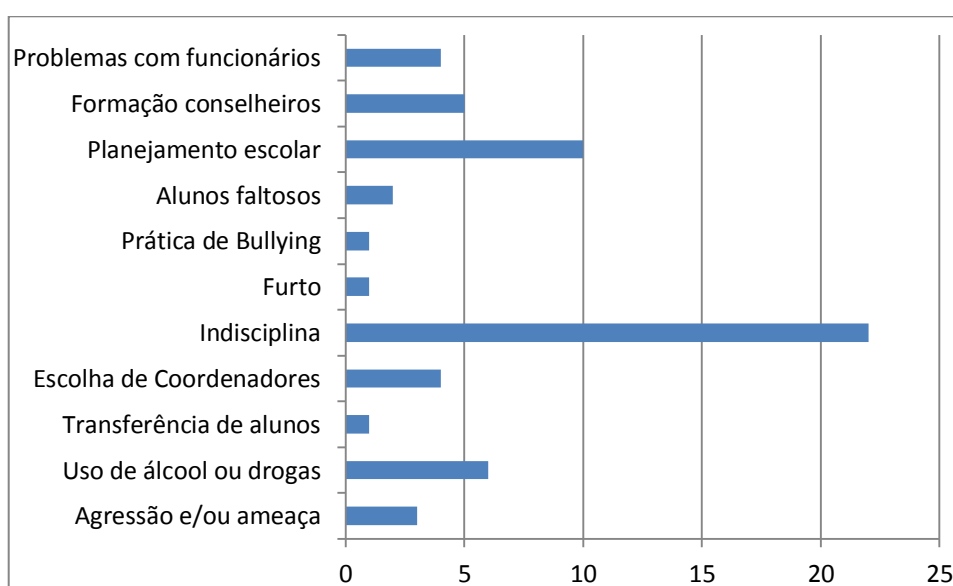
As 52 (cinquenta e duas) reuniões restantes foram marcadas de forma extraordinária, para resolver assuntos urgentes que surgiram no cotidiano escolar. Agrupando as temáticas que motivaram as reuniões ao longo desse período, temos a seguinte distribuição:

- Agressão e/ou ameaça: 03 reuniões;

- Uso de álcool ou drogas: 06 reuniões;
- Transferência de alunos: 01 reunião;
- Escolha de Coordenadores de turno: 04 reuniões;
- Indisciplina: 22 reuniões;
- Furto: 01 reunião;
- Prática de *Bullying*: 01 reunião;
- Alunos faltosos: 02 reuniões;
- Planejamento escolar: 10 reuniões;
- Formação dos conselheiros: 05 reuniões;
- Problemas com funcionários: 04 reuniões.

Representamos a distribuição dos assuntos que motivaram as reuniões do Conselho de Escola através do Gráfico 2:

GRÁFICO 2 – MOTIVAÇÕES PARA CONVOCAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR



Fonte: Elaboração do autor.

Observamos que a indisciplina é o carro-chefe das motivações para a convocação das reuniões do Conselho de Escola. Pelos relatos apontados no livro de Atas, é possível analisar o que a escola entende por “indisciplina”: não realizar as atividades propostas; não ficar sentado na cadeira; brincar durante as aulas; conversar com os colegas durante a explicação do professor; entre outros. A repetição desse tipo de comportamento dentro da escola é taxado como caso de “indisciplina”.

No entanto, há outras motivações para a convocação das reuniões e que podem ser entendidas também como casos de indisciplina. O que seriam o furto, as agressões, a prática de *bullying*, o uso de álcool e drogas, se não típicos casos de indisciplina? Acreditamos que tais casos aparecem em destaque, pela forma como a escola os apresenta, porque esta os vê como sendo de maior intensidade e/ou gravidade. Por esse fato, merecem ser tratados/apontados de forma separada das demais. Se todas as transgressões de normas forem entendidas como “indisciplina”, das 59 (cinquenta e nove) reuniões do Conselho que possuem registro no livro de Atas, em apenas 19 (dezenove) delas não se discutiu nada referente ao problema de indisciplina. Realizar 40 (quarenta) reuniões do Conselho de Escola para tratar de indisciplina, ou de assuntos correlatos ao mesmo, é um número bastante alto e que deve ser encarado com muita atenção e cuidado. Aprimorar o trabalho dos conselheiros, planejar as ações do Conselho e fomentar a discussão de assuntos variados pelo colegiado são ações que objetivam enriquecer o serviço prestado à escola, bem como incentivar a participação consciente de todos os sujeitos.

As 22 (vinte e duas) convocações das reuniões do Conselho por motivo específico de “indisciplina” nos proporcionam algumas indagações/reflexões: qual é o entendimento da escola acerca do significado das expressões “disciplina” e “indisciplina”? A escola tem trabalhado, com seus alunos, o entendimento e a construção do significado dessas expressões? A escola deve se adaptar ao aluno (que traz consigo um conjunto de vivências e práticas) ou o aluno à escola (que já possui um conjunto de regras prontas, que não podem ser transgredidas e/ou dialogadas, adaptadas, refeitas, reelaboradas...)?

Sobre a questão comportamental e o seu disciplinamento, Freire *et al.*(1989) afirma que as crianças (estudantes) são dotadas de liberdades e que os professores precisam tratar tais liberdades com autoridade, sem a qual aquelas não se constituem. Freire *et al.*(1989, p. 3) afirma que a disciplina é “[...] uma questão de como viver a relação necessária entre autoridade e liberdade”.

Freire explica a relação dual existente entre a disciplina interna (autodisciplina) e a disciplina externa (coercitiva), onde esta ajuda a constituir aquela. Ele afirma que:

[...] sem a disciplina externa é difícil estruturar a interna, na medida em que a interna é uma espécie de introjeção da necessidade da disciplina. [...] a criança entregue a ela mesma, dificilmente se disciplinará. [...] eu fui disciplinado porque houve disciplina externa também, na minha família.

Agora, o que não houve na minha família foi autoritarismo (FREIRE *et al.*, 1989, p. 3).

É de fundamental importância para a prática pedagógica, para a atividade de ensinar, que exista essa relação entre liberdade e autoridade, cotidianamente. É através dessa relação que a disciplina vai sendo construída e exercitada.

Quando indagado se é a escola que tem de se adaptar aos estudantes, e não o contrário, Freire *et al.*(1989) afirma que a disciplina é incorporada através da relação dialética entre a adaptação do/a menino/a à escola e da escola ao/a menino/a. A falta desse exercício, dessa prática diuturna, gera a indisciplina.

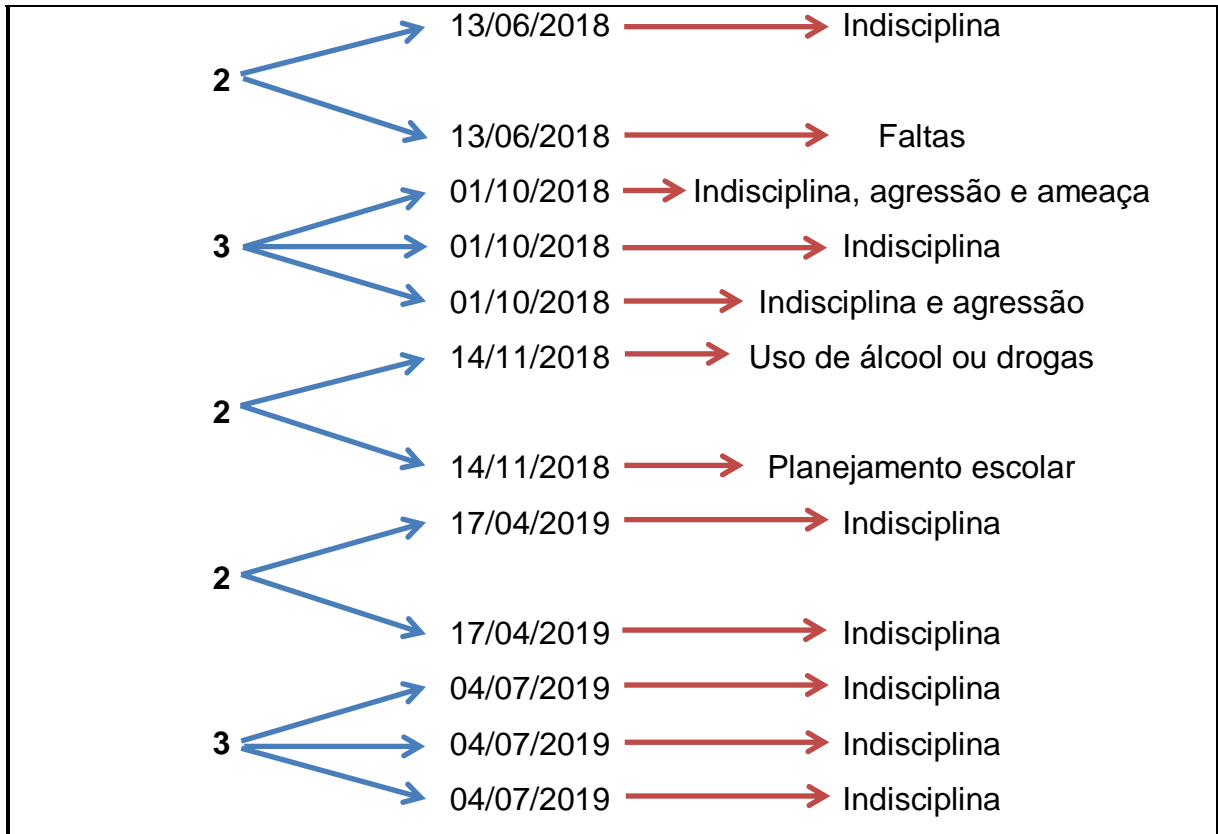
[...] na indisciplina, tu não tens autodisciplina nem disciplina. Quer dizer, a indisciplina é a licenciosidade, é o fazer o que quero, porque quero.

A disciplina é o fazer o que posso, o que devo e o que preciso fazer. Fazer o que é possível na disciplina, tornar possível o que agora é impossível diz respeito necessariamente à vida interior da pessoa. É assim que eu vejo o movimento interno e externo da disciplina. E para isso acho que a presença da autoridade é absolutamente indispensável (FREIRE *et al.*, 1989, p. 12).

É papel da escola e do profissional docente exercitarem sua autoridade considerando a liberdade que os estudantes têm, equilibrando tais elementos e, com isso, promovendo a construção da disciplina em torno do ambiente escolar. É de fundamental importância convidar os próprios estudantes para dialogar e refletir sobre tais aspectos. Dessa forma, ambos estarão construindo a relação dialética que deve existir acerca da adaptação entre escola e estudantes proposta por Freire *et al.*(1989).

Outro ponto destacado, a partir da análise feita acerca do registro das reuniões do Conselho de Escola no livro de Atas, foi sobre a ocorrência de mais de uma reunião do referido órgão em um mesmo dia. Tal fato está representado no Quadro 2, a seguir.

QUADRO 2: NÚMERO DE OCORRÊNCIAS E A MOTIVAÇÃO DE ALGUMAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ESCOLA QUE OCORRERAM NO MESMO DIA		
Número de ocorrências	Data	Motivação
2	21/05/2015	Esc. de coordenadores
	21/05/2015	Indisciplina
2	12/03/2018	Indisciplina
	12/03/2018	Bullying



Fonte: Elaboração do autor.

Vemos que o trabalho do Conselho poderia ser aperfeiçoado com o planejamento das ações e a construção de um cronograma/calendário de reuniões, diminuindo o número de convocações que, por vezes, tratam de assuntos semelhantes. A partir dessa análise, voltamos ao questionamento inicial, indagando se seriam necessárias tantas reuniões extraordinárias caso houvesse planejamento das ações do Conselho Escolar a partir da construção de um cronograma/calendário para as convocações, atendendo o que está previsto no Decreto Nº 111/2004.

Essa reflexão nos denota a compreensão de que os representantes do Conselho Escolar desconhecem suas reais atribuições e funções, além de não estarem explorando as possibilidades do Conselho em sua plenitude. Portanto, vemos que as ações desenvolvidas por esse Conselho estão muito aquém do que a própria legislação preconiza, o que torna ainda mais premente possibilitar que estes participem de encontros formativos para qualificar sua participação no órgão colegiado.

Na perspectiva freiriana, a educação tem como característica principal a possibilidade de ser libertadora. Essa educação libertadora tem por objetivo nos tornar mais humanos, ou seja, ela é humanizadora. Como afirma Freire (1969, p.

123), “não se pode encarar a educação a não ser como um quefazer humano. Que fazer, portanto, que ocorre no tempo e no espaço, entre os homens, uns com os outros”.

Para melhor compreendermos a afirmação de Freire, é necessário nos reportar a outros autores para clarificar suas palavras, tão simples e tão carregadas de significados. “[...] o ‘que’ designa a busca de uma direção e conteúdo para a ação e o ‘fazer’ diz de forma direta que se trata de um agir no sentido de produzir algo” (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2016, p. 335). Em outras palavras, a educação humanizadora, proposta por Freire, sendo especificamente um “que fazer” humano, nada mais é do que uma ação exclusivamente humana, que acontece entre os homens na relação que um mantém *com* o outro, a fim de tornarem-se mais humanizados, seres desenvolvidos.

Uma educação com tais características e objetivos deve ser envolvida por processos que possibilitarão a superação de problemas como esses que foram evidenciados até agora (casos de indisciplina e de convivência entre os sujeitos) e propor a emancipação coletiva de toda a comunidade escolar. Essas ações permeiam a esfera de atuação do Conselho de Escola.

O Conselho Escolar, enquanto instrumento de democracia e que visa fortalecer as relações democráticas no interior da escola, tem como objetivo aproximar as ações que nele são desenvolvidas da realidade onde a escola está inserida. Esse órgão é o responsável por: avaliar a proposta dos coordenadores de turno que farão a organização do trabalho docente desenvolvido dentro da Unidade de Ensino; fiscalizar, deliberar e prestar consulta acerca de todas as políticas e ações que permeiam o ambiente escolar; ser uma das ferramentas para o exercício de uma Gestão Democrática, partilhada; entre outros. Por tais razões, esse órgão necessita da qualificação dos conselheiros para que estes prestem um serviço de melhor qualidade à comunidade escolar. É preciso qualificar esse trabalho, a partir de encontros formativos, para que os conselheiros tenham seu tempo e suas ações valorizadas, o que possibilitará maior eficácia e maior participação das comunidades escolar e local.

Após toda análise feita, através da leitura e reflexão do material contido nas Atas do Conselho de Escola, do que acontece/aconteceu nas reuniões do referido órgão colegiado, pudemos traçar um caminho, ao menos inicial, para que fosse possível

conduzir as discussões acerca das necessidades formativas dos conselheiros escolares da Unidade de Ensino. A seguir, são apresentados os relatórios de todos os encontros formativos.

1.1. Encontros de Formação com os conselheiros da EMEF “Maria Augusta Tavares”: possibilidades e desafios

Trabalhamos na EMEF “Maria Augusta Tavares” durante o período 2013-2018 e conhecendo a realidade local, a equipe gestora e os sujeitos que desse espaço fazem parte, bem como a organização e o funcionamento do Conselho de Escola, conforme já apresentamos no item anterior, resolvemos propor a construção, de forma coletiva, de um trabalho que viesse possibilitar a reflexão e o debate acerca de tais temas. Dessa forma, surgem os “*Encontros Formativos com os Conselheiros do Conselho Escolar da Unidade de Ensino*”.

Os encontros formativos se justificam a partir das informações levantadas nos documentos (legislação vigente e livro de Atas do Conselho). Uma vez que tais documentos foram lidos, analisados e problematizados, chega-se à conclusão de que há uma dificuldade desse Conselho em planejar ações de modo sistemático e sistematizado para que cumpra, de fato, com sua função de coordenar as ações da escola e para que seja, efetivamente, um órgão consultivo, deliberativo e elaborador de ações educativas, bem como coordenador do projeto educativo da escola. Em face disso, propomos a construção e o desenvolvimento de encontros formativos com o Conselho Escolar da EMEF “Maria Augusta Tavares”.

Esses encontros tinham como finalidade criar espaços de diálogo e de reflexão sobre o trabalho do Conselho, seus limites e possibilidades no cumprimento de suas atribuições como órgão máximo de coordenação geral da escola numa perspectiva de Gestão Democrática e participativa. Tudo isso, conforme o que foi constatado na análise das Atas do Conselho, como forma de possibilitar que os conselheiros passassem a refletir sobre o meio onde estão inseridos (escola e comunidade) e, a partir dessas reflexões, pudessem participar mais efetivamente das ações do Conselho Escolar.

Identificados os problemas, fizemos contato com o Conselho de Escola através do diretor da Unidade de Ensino. No contato, expusemos nossa proposta de construir

encontros formativos que viessem possibilitar a qualificação do trabalho de cada representante dentro do órgão colegiado da escola. Nossa proposta foi aceita e começamos, assim, a traçar as estratégias para desenvolvermos o trabalho.

Nessa oportunidade, foi apontado que os encontros deveriam acontecer a partir do meio da semana (quarta-feira em diante), sendo que também não poderiam acontecer às sextas-feiras, pois muitos dos representantes externos à escola (pais/responsáveis e comunidade local) acabam se envolvendo em atividades particulares (trabalho, família, viagens, etc.), o que dificulta, e até impede, a participação dos mesmos. Dessa forma, optamos por agendar os encontros quinzenalmente, sempre às quartas-feiras, pois ficaria mais fácil lembrar-se das datas marcadas e evitar a não participação dos conselheiros.

Feito isso, havia a necessidade de marcarmos um horário/turno para que as formações pudessem acontecer. Alguns fatores nos levaram a marcar os encontros na parte da tarde: nesse turno, as duas representantes do segmento dos servidores estão na escola (pela manhã teríamos apenas uma delas); pela manhã, o representante da comunidade percorre a região para visitar os moradores e saber das demandas do bairro, não podendo participar das formações; o representante dos pais/responsáveis possui um pequeno comércio na região e o período da manhã é quando ele está mais atarefado de trabalho, o que também o impede de participar das formações; o segmento de professores só teria a participação de uma de suas representantes, pois trabalham na escola em turnos diferentes (a titular, no matutino e a suplente, no vespertino) e, fora de seu turno na escola, estão em redes de ensino diferentes; dos representantes dos estudantes, uma estuda no turno vespertino, já o outro trabalha o dia todo e estuda à noite.

Os gestores da Unidade de Ensino, professores e servidores da escola participam do Conselho Escolar no seu horário de trabalho, fato que incentiva e facilita sua presença nas ações do órgão e nos encontros de formação. Já os pais/responsáveis, representantes da comunidade e estudantes, desenvolvem atividades particulares e externas a esse ambiente, participando do Conselho Escolar de forma voluntária. Dessa forma, corroborando com a metodologia adotada na pesquisa – o *fazer com* –, decidimos por promover os encontros formativos no turno vespertino, possibilitando que maior número de conselheiros pudesse participar.

A participação desses sujeitos era/foi de fundamental importância para o desenvolvimento das ações propostas, pois nosso objetivo era/foi, partindo da realidade em que viviam, problematizar esta a fim de desvelá-la e, a partir disso, trazer os elementos necessários para a construção coletiva do processo formativo dos conselheiros. É o que nos afirma Freire (2014, p. 95), ao dizer que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Os homens são educados através do diálogo, do *estar com*, a partir da sua realidade concreta, pois essa é relevante e dotada de significado para o coletivo reunido.

Sobre o horário de início dos encontros, havíamos sugerido começar no final da tarde, a partir das 16h30min, quando o turno de trabalho já está quase no fim. No entanto, em nosso primeiro encontro formativo foi sugerido que começássemos mais cedo, por volta das 14h, pois após o recreio surgem muitas demandas, o que dificulta o andamento das reuniões e a participação da representante dos professores (que é uma das coordenadoras de turno). Assim, do segundo encontro em diante, começamos a nos reunir quinzenalmente às quartas-feiras, a partir das 14h.

Para compreendermos melhor a dinâmica de trabalho e de funcionamento do Conselho Escolar da Unidade de Ensino, buscamos iniciar a problematização, com os representantes de segmentos que o compõem, já de posse de algumas informações que foram obtidas a partir do registro de Atas do órgão. Nesse sentido, junto com essas informações mais a exposição dos membros do Conselho, é que o programa dos encontros formativos pôde ser montado. A participação dialógica com o grupo colocando questões para que pudéssemos discutir sobre o Conselho e sobre o papel de cada sujeito ali presente, só foi possível graças ao levantamento de informações feito *a priori*, sem o qual possivelmente não teríamos condições de estabelecer esse diálogo e de problematizar com eles sobre sua realidade.

No 1º encontro, buscamos conhecer o grupo de conselheiros para ver quais caminhos poderiam ser seguidos a fim de oportunizar, aos mesmos, processo formativo com vistas a qualificar seu trabalho enquanto membros do Conselho Escolar.

Já no 2º encontro, estimulamos maior participação dos segmentos de pais/responsáveis e estudantes, pois vimos, no encontro anterior, que estes possuem uma participação fragilizada perante os demais segmentos.

No 3º encontro, fizemos as discussões em decorrência dessas problematizações, já com maior entendimento acerca do papel dos Conselhos e também de suas possibilidades.

No 4º encontro, realizamos o estudo de um material elaborado, a partir das demandas levantadas junto ao Conselho de Escola, para servir de referência nas discussões acerca das atribuições dos conselheiros e as funções do órgão colegiado. Importante frisarmos que esse material foi construído coletivamente, partindo das necessidades formativas apontadas pelo grupo de conselheiros durante os três primeiros encontros de formação.

Durante o 5º e último encontro, propusemos finalizar as discussões iniciadas no encontro anterior. A construção de um Projeto Político Pedagógico para a escola e que esteja atrelado às ações do Conselho, dando substância e fortalecendo o trabalho coletivo que é desenvolvido nesse órgão colegiado, também foi alvo de nossas discussões.

A partir dos encontros formativos foi possível: identificar o perfil dos conselheiros; suas necessidades formativas (aquilo que faltava para qualificar seu trabalho como representante de segmento junto ao Conselho); discutir sobre a forma de trabalho desempenhada pelo órgão colegiado; refletir sobre o campo de atuação em que seus membros podem trabalhar; refletir sobre o trabalho desenvolvido até então; entre outros.

1.1.1. 1º Encontro Formativo

No dia 24 de abril de 2019 teve início, às 17h10min, o primeiro encontro de formação para os conselheiros escolares da EMEF “Maria Augusta Tavares”. Nossa reunião estava marcada para acontecer no auditório da escola, porque o convite para participar da formação foi extensivo aos conselheiros da EMEF “São Jorge” e do CMEI “Abílio Luiz Fagundes”. No entanto, nenhum representante dessas escolas compareceu. Dessa forma, o diretor da EMEF “Maria Augusta Tavares” disse que seria melhor se nossa reunião fosse transferida para a sala da direção, uma vez que

ficaríamos mais próximos, uns dos outros, e teríamos à nossa disposição café, ar condicionado, proximidade com o banheiro, etc.

Estiveram presentes a essa reunião o diretor da escola, o vice-diretor, a representante dos professores da unidade (suplente), as representantes dos funcionários da escola (titular e suplente), o representante da comunidade e a representante dos estudantes (titular). Para dialogar com o grupo de conselheiros fomos o Professor Orientador e eu. Não estiveram presentes os representantes do segmento de pais (titular e suplente).

Dando início aos trabalhos, fiz a recepção de todos, dando-lhes as boas vindas e explicando os motivos que nos levaram a realizar tal encontro de formação. Falamos também sobre as eleições para escolha de novos representantes para o Conselho de Escola. Eleição marcada para ocorrer até o final do mês de agosto.

Em seguida, apresentei o cronograma elaborado para organizarmos os próximos encontros, que ficaram previstos para as datas de 08/05, 22/05, 05/06 e 19/06, sempre ocorrendo a partir das 14h. Todos os conselheiros presentes apreciaram as datas, sugerindo esse horário, pois o primeiro encontro foi marcado para o fim da tarde (período em que surgem muitas demandas no interior da escola) e isso acaba dificultando a participação de um bom número de conselheiros.

O passo seguinte foi entregar, aos conselheiros, um “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” para que todos assinassem e pudessem, assim, consentir com a sua participação na produção dos dados a serem usados na composição do texto da dissertação a partir dos encontros formativos. Nesse termo constavam todos os detalhes de como aconteceria o trabalho formativo a ser desenvolvido na comunidade escolar, bem como os contatos, telefônico e de e-mail, do pesquisador e de seu orientador. Vale ressaltar que foi protocolada, junto à Secretaria Municipal de Educação – SEME e entregue à escola, uma “Carta de Apresentação” solicitando permissão para adentrarmos no espaço escolar e realizar o trabalho junto a essa comunidade. Este pedido foi aceito e formalizado ainda no mês de janeiro de 2019. Além do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” foi entregue, aos conselheiros, um questionário, cujas respostas irão ajudar na elaboração do perfil dos mesmos e que será usado, também, em nosso trabalho.

Após esse momento, começamos nossa reflexão acerca da realidade do Conselho e da comunidade escolar, com as seguintes perguntas: **1)** Já teve alguma formação, ou recebeu orientação de alguém, que viesse contribuir para qualificar seu trabalho enquanto conselheiro? **2)** Quais os principais temas/assuntos que movimentam o trabalho e as ações desse Conselho? O que vocês têm discutido nas reuniões? **3)** Este trabalho que vem sendo desenvolvido atende às necessidades da comunidade escolar? Por quê? **4)** Este Conselho tem um planejamento do trabalho a ser executado ao longo do ano ou da vigência do mandato? **5)** Acha que o trabalho poderia acontecer de uma forma diferente? Por quê?

Essas perguntas tiveram por objetivo propor a reflexão e o debate sobre as ações desenvolvidas pelos conselheiros nas reuniões ordinárias/extraordinárias do Conselho. Todos puderam dar sua opinião e expor seu ponto de vista acerca das ações ali desenvolvidas. Fizemos questão, ainda, de ressaltar a importância deste momento para que todos possam refletir sobre o que ali tem sido feito e, a partir disso, buscar melhorar a ação desse Conselho junto à comunidade escolar, garantindo um melhor aprendizado para todos. Além disso, aproveitamos a oportunidade para frisar sobre a importância dos conselheiros trabalharem na perspectiva de dar mais transparência nas ações desenvolvidas pela equipe gestora e, também, incentivar e ampliar a participação de toda a comunidade escolar e local nessas ações. Esse fato foi corroborado pelos gestores da Unidade de Ensino.

As respostas dos questionamentos nos proporcionaram muitas reflexões sobre a realidade vivenciada pela comunidade escolar. Quando indagados sobre já terem participado de algum processo de formação, os presentes afirmam que não. O diretor da Unidade de Ensino respondeu de forma mais detalhada, como veremos a seguir:

Momento de formação, normalmente é o que a gente faz aqui. São pequenas orientações... quando foi escolhida [a atual representação dos segmentos], dissemos qual era o papel do Conselho. Nem eu mesmo, quando me tornei diretor, [...] eu não tinha participado de Conselho nenhum. [...] quando fui coordenador, via o Conselho, às vezes, se reunindo, mas nunca tinha participado de Conselho nenhum. Até hoje, depois de quatro ou cinco anos [...], que nós estamos na direção, não tivemos nenhuma formação, nenhum momento de orientação de como organizar um Conselho, de como reunir o Conselho... a não ser pelos próprios conselheiros que chegavam aqui e orientavam. Mas se a gente tá fazendo certo ou se tá fazendo errado, a gente não tem essa certeza. (Diretor da Unidade de Ensino).

A partir desse relato, observamos a importância de investir neste tipo de trabalho a ser desenvolvido junto aos Conselhos Escolares, visto que irá capacitar e qualificar o trabalho dos representantes de segmento presentes no órgão. Outro ponto importante a ser destacado sobre esse assunto é a questão da participação, pois os representantes apontam que seria muito melhor se o trabalho feito pela comunidade fosse dividido entre os membros, e que isso só seria possível se um maior número de pessoas se dispusesse participar dos coletivos compostos pela sociedade. O representante da comunidade afirma que:

Agora recente foi formado o Conselho de Segurança da região. Ai eu fui até convidado a fazer parte, mas eu já tenho tanta coisa, já participo de tanta coisa, mais o Conselho de Escola. Você já tem as suas dificuldades, o conhecimento também você não tem, daí você diz 'não vou participar... não posso', porque a gente já não tá dando conta nem do que tem aqui na comunidade. Se a gente tivesse, talvez, uma formação dessas, um conhecimento melhor, talvez a gente conseguisse participar. É importante, interessantíssimo. (Representante da comunidade local).

Essa fala corrobora o que disse o diretor da Unidade de Ensino e chama a atenção para a sobrecarga de trabalho que as pessoas que se dispõem a trabalhar em prol do bem comum adquirem. Na visão dele, se mais pessoas tivessem esse interesse, essa disponibilidade para atuar nos órgãos colegiados, mais pessoas poderiam participar e dialogar sobre os problemas e a realidade da comunidade, fato que poderia contribuir com a construção do conhecimento de todos e sua inserção no exercício da cidadania, confirmando as afirmações de Paro (2016a).

Com o segundo questionamento feito, que buscou levantar reflexões sobre os principais assuntos que movimentam as ações do Conselho, tivemos contribuições muito relevantes sobre esse tema. Quase todos os representantes afirmaram que os “alunos indisciplinados” são os principais responsáveis pela convocação das reuniões do Conselho Escolar. Retomamos aqui a discussão anteriormente levantada, onde refletimos acerca do entendimento que a escola possui de “indisciplina”. É necessário discutir o significado de um tema tão caro e que permeia boa parte das ações do Conselho Escolar. É preciso planejar as ações do órgão de modo a aproveitar melhor o espaço para discutir, ao invés de problemas, ações que contribuam com a melhoria da oferta educacional à comunidade local. Nas afirmações de Freire (1969), se o papel da educação é humanizar, é preciso encarar o trabalho de forma coletiva, onde os sujeitos proporão, uns *com* os outros, a melhor forma de a escola desempenhar seu papel. Os conselheiros devem atuar na

elaboração e no planejamento das ações da escola, propondo a construção de um currículo que atende às necessidades e interesses de todos; discutindo sobre as ações para melhoria do aprendizado ou para diminuir a evasão (por exemplo). Essas devem ser as atribuições de destaque do Conselho e não resolver problemas, apenas.

Para mostrar uma ação que foi desenvolvida pelo Conselho e que fugiu dessa temática corriqueira, o diretor da Unidade de Ensino lembrou que, recentemente, a escola que recebia apenas alunos das séries finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), teve que se adequar a uma demanda surgida na comunidade e que foi referendada pela Secretaria Municipal de Educação: receber alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). Esse fato mudaria a organização e o trabalho da escola, que passaria a receber alunos menores e isso interferiria na vida de vários profissionais.

O turno matutino não queria que esses alunos fossem recebidos em seu turno, pois vários professores teriam suas cargas horárias reduzidas. Sem consenso entre eles, o assunto foi encaminhado para o Conselho de Escola. Muitos aborrecimentos e contratempos ocorreram por conta dessa ação, porém foi uma oportunidade muito enriquecedora para os conselheiros, pois todos aprenderam com a situação.

[...] nós também tivemos um momento de debate, de propostas, de conhecimento da situação, aí nós tivemos um empate, e um embate também, em que, no final, eu tive que desempatar. Foi a única votação, das situações que são trazidas aqui para o Conselho, que eu tive que dar o meu voto de desempate. [...] Eu acho que foi bacana: a votação, o empate, a participação da comunidade, a presença da SEME, eu acho que foi interessante. (Diretor da Unidade de Ensino).

Como consta na redação do Decreto Municipal Nº 139/2004 (trata das atribuições dos membros do Conselho de Escola), o presidente do Conselho (nesse caso, o diretor da Unidade) tem direito ao “voto de qualidade”, nos casos de empates em votações nas plenárias (Art. 5º, inciso V). Esse voto qualificado é algo importante de ser discutido e problematizado dentro do grupo de conselheiros, pois se trata de um instrumento que possibilita rico aprendizado para o exercício da cidadania e o fortalecimento das relações democráticas dentro do ambiente escolar. Como seria a configuração dos votos do Conselho, caso o presidente do órgão fosse outra pessoa que não o diretor da Unidade? Essa é uma questão que precisa ser considerada e

refletida, com vistas a aprofundar o entendimento de todos acerca das funções e atribuições do Conselho de Escola.

Como o trabalho foi bem feito e organizado dentro das normas legais, os que foram contrários à decisão do Conselho, mesmo não concordando, acabaram acatando a decisão tomada pelo órgão colegiado. “Mesmo depois da decisão do Conselho, o grupo que era contra ainda se mobilizou pra fazer protesto na rua aí. Iam fazer um protesto, estava tudo organizado, só que depois foi perdendo força” (Representante da comunidade local). O diretor da Unidade de Ensino complementou dizendo que, “[...] como o Conselho tinha decidido e, legalmente, a gente estava amparado nas decisões que a gente estava tomando, acabou sendo feito o que tinha sido proposto e... acataram. Hoje, tá funcionando bem” (Diretor da Unidade de Ensino).

A participação consciente dos conselheiros escolares fortalece, fomenta e incentiva a consolidação de processos democráticos, precisando ser construída na ação, no caminhar (PARO, 2016a), pois assim se torna dotada de significado para a comunidade, que passa a enxergá-la como ferramenta útil e pronta para o uso. Apesar disso, é necessário lembrar que as pessoas não nascem participativas, elas precisam contar com incentivos e instrumentos para poder participar (SILVA, 2002). A participação, quando promovida e respeitada, permite que a transformação da realidade seja possível, pois ela favorece o diálogo e pode se tornar instrumento da Gestão Democrática ou possibilitar sua construção (SILVA, 2010b).

Apesar de toda a importância e possibilidades de trabalho e ações que o Conselho Escolar possui, há uma dificuldade muito grande para promover a participação de todos os segmentos da comunidade escolar nesse órgão colegiado. Não há preparo, na estrutura social de onde essas pessoas fazem parte, que vise garantir ou até mesmo permitir que estas participem. Os professores, os gestores e os servidores estão no seu local de trabalho e podem destinar-se ao espaço onde ocorrem as reuniões quando estas surgem. Já os pais e os representantes da comunidade desenvolvem atividades fora dessa realidade e garantir liberação do local de trabalho sempre que surgem necessidades na escola torna-se tarefa difícil e complicada, pois apesar do trabalho e a participação serem de extrema importância, eles esbarram em questões de interesse individual (por parte do empregador) sobrepondo-se às de interesse coletivo. Aqui, reforçamos a necessidade de planejar as ações do Conselho por intermédio de um calendário de reuniões ordinárias, fato

que possibilitaria uma participação mais efetiva e atuante dos conselheiros, uma vez que suas liberações do local de trabalho seriam reduzidas.

Se o trabalho desenvolvido pelo Conselho atende a todas as necessidades da comunidade escolar, o vice-diretor afirma que:

Eu creio que não! Não há condições pra isso. Na verdade, a gente [...] até tentou umas coisinhas diferentes, mas não tem condições! Até porque, os afazeres das pessoas impedem que estejam disponíveis na hora que é necessário... não tem como. Pra discutir, por exemplo, se a gente poderia fazer uma “ação diferenciada”, isso aí demanda muito tempo, por que tem que ver o tempo de um, o tempo do outro, quem que pode, que dia que pode, como que pode e tal, até reunir todos. Então essa é uma demanda bem complicada. E outra coisa, [...] as pessoas, principalmente dos lugares como o nosso, onde nós estamos inseridos, elas têm que trabalhar, não podem ficar faltando ao serviço, saindo mais cedo ou chegando mais tarde, pela própria característica do trabalho que tem, então é complicado. Às vezes, pra trazer a mãe aqui, pra gente resolver uma situação periclitante do aluno, que é o filho ou a filha dela, pra ela é difícil. Nós marcamos, no último, 3 e meia [15h30min], a mãe só conseguiu chegar aqui 6 horas [18h]. É muito complicado essa união completa. Não tem como. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

Reiteramos, mais uma vez, a necessidade de planejamento nas ações do Conselho, o que reduziria o número de reuniões extraordinárias, e também as liberações dos membros externos à escola, e ampliaria a capacidade de participação dos mesmos. Como afirma Freire (2011), ensinar exige planejamento, “exige pesquisa”, pois:

Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 2011, p. 30-31).

Quando indagados sobre a existência de um planejamento para organizar as ações do órgão colegiado ao longo do ano ou do mandato dos conselheiros, todos disseram que esse não existe e que não veem como elaborar um, pois são muitas as dificuldades existentes a serem superadas para tornar tal medida possível. Algumas já foram mencionadas anteriormente, como por exemplo, dificuldade de alguns representantes conseguirem sua liberação junto ao órgão empregador para participarem das reuniões, falta de preparo para o efetivo exercício de conselheiro, entre outros. Apesar de ainda não terem elaborado um planejamento sobre quais são as ações em que o Conselho deve atuar e/ou desenvolver, os conselheiros afirmam que seria muito interessante e de grande importância planejar tais ações para o próximo ano, já que as eleições para assunção de novos representantes se aproxima e começar o novo mandato de uma forma diferente, mais organizada e

planejada, seria fundamental para ampliar o espaço do Conselho, passando a discutir outras questões que vão para além de apenas resolver problemas de alunos indisciplinados.

Diminuir a evasão da EJA... como o Conselho pode trabalhar em cima disso? Ou, se não isso, mesmo a evasão do vespertino ou do matutino, como o Conselho pode ajudar nisso? De repente pensar, como o Conselho, tanto os titulares como os suplentes, podem contribuir de alguma maneira para realizar alguma ação que seja necessária para a escola? Isso nós não fizemos, mas eu acho que seja interessante pensarmos no que a gente pode planejar para o trabalho do próximo mandato. (Diretor da Unidade de Ensino).

É importante garantir um espaço de reflexão e debate dentro dos Conselhos, pois é através do planejamento das ações de tal órgão que os representantes passarão a ter possibilidades de garantir o estudo sobre as ações do mesmo, permitindo que toda a comunidade escolar possa emitir opinião sobre os assuntos que a permeiam. O espaço onde todos podem falar sobre o mesmo assunto é um espaço que possibilita melhor percepção e conhecimento de tudo aquilo que é discutido.

Um dos representantes pode ter uma opinião sobre algo que outro não tenha. Os diferentes olhares sobre um mesmo elemento podem dar várias interpretações e ampliar o campo de soluções para um mesmo problema. Outro fator importante, é permitir que a comunidade escolar possa trabalhar com os seguintes temas: construção do tipo de educação que a escola oferece; elaboração do currículo local, adequado às necessidades e interesses da comunidade; apontamento da ordem de prioridades para investir a verba que a escola recebe; entre outros.

A comunidade local é a razão de ser e de existir da escola. Sendo assim, é de fundamental importância que essa comunidade participe da elaboração e do planejamento das ações que são destinadas a ela, pois só ela pode suscitar quais são suas necessidades. Os estudantes e a comunidade local possuem o *saber*, cabe ao professor e aos gestores da escola, detentores do *saber-fazer*, ajuda-los a construir um conhecimento útil e adequado a todos.

Finalizando o bloco de perguntas, elaboradas para a promoção do debate e a reflexão sobre as ações do Conselho Escolar durante o primeiro encontro, indago os conselheiros, a partir da sua vivência naquele espaço, sobre a possibilidade de realizar um trabalho diferente do que foi feito até então. Essa pergunta faz sentido

no que tange o conhecimento acerca da realidade da comunidade escolar que só pode ser tratada a partir dela própria.

Eu acho que não, porque, no início, nós tentamos ter uma reunião, pelo menos, periódica, ideia do Diretor, e não foi possível. Não teve como acontecer. Convidamos várias pessoas, poucos se prestaram a participar. Então eu acho complicado fazer de uma forma diferente da que fazemos hoje. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

O Diretor da escola complementa essa afirmação dizendo que:

Prestar um serviço voluntário, a uma instituição pública ou a qualquer outra que seja, é muito complicado, são poucos que têm essa disponibilidade... disponibilidade não, interesse! Interesse de poder contribuir para a melhora de determinado serviço. É difícil, pois a gente 'cata a laço' os que podem, quem a gente percebe, imagina, que tenha esse interesse, essa disponibilidade, essa vontade, esse tempo [...]. (Diretor da Unidade de Ensino).

Sobre a questão da não participação por falta de tempo, o representante da comunidade é taxativo ao dizer que “se for esperar sobrar tempo pra fazer alguma coisa, a gente nunca vai fazer nada não!” (Representante da comunidade local). É preciso que o Conselho tome para si a responsabilidade de fazer acontecer e não esperar o tempo disponível para que os representantes participem, pois as ações do dia a dia sempre irão obstaculizar sua participação. É preciso criar o tempo de participação e não esperar que ele, simplesmente, surja. “A partir do momento que você entrou pro Conselho, se o presidente marcou a reunião, a gente tem o dever de ir na reunião”. (Representante dos servidores).

Após as reflexões e debate, pedi que continuássemos a discussão com um relato do Professor Orientador, acerca de trabalhos desenvolvidos por outros Conselhos Escolares e que iam para além do que apenas reunir-se para resolver questões emergenciais e problemas da escola. O Professor Orientador disse que seria melhor se continuássemos a discussão no próximo encontro, pois já havíamos refletido e discutido sobre importantes questões e que já era tarde. Todos concordaram com a proposição. Entregamos, aos presentes, um texto que foi elaborado por tratar do histórico de criação dos Conselhos Escolares das escolas da rede municipal de Cariacica, bem como das ações por eles desempenhadas. Foi pedido que lessem esse texto e trouxessem dúvidas e questionamentos para continuarmos nossa discussão no próximo encontro.

Uma última observação feita neste 1º encontro formativo foi que, tendo sido franqueada a palavra entre os presentes, os sujeitos que mais se fizeram ouvir

foram os gestores e o representante da comunidade local (esse último pelo nível de politização que possui, bem como pelo fato de dispor de certo traquejo na participação em órgãos populares). Os gestores fizeram uso frequente da palavra, durante o encontro formativo, sendo algo que precisa ser problematizado, pois eles tomaram para si a responsabilidade quase que exclusiva de conduzir as ações do Conselho durante a formação, promovendo a centralização do debate, mesmo que de forma involuntária.

Isso veio corroborar nossa ideia inicial que era criar espaços de diálogo dentro dos Conselhos e propor a qualificação da participação dos representantes de alguns segmentos que compõem a comunidade escolar, notadamente os segmentos de pais/responsáveis (ninguém esteve presente) e estudantes (não se manifestou durante o encontro, apenas ouviu o que foi discutido). Além desses, outro fato que nos chamou a atenção foi a fragilidade apresentada, também, pelo segmento dos servidores da Unidade de Ensino, pois pouco se ouviu de suas representantes. Do segmento de professores, pouco se pôde observar, uma vez que sua representante (que desempenha a função de coordenadora de turno) teve que se ausentar da maior parte do encontro para organizar o trabalho docente após o recreio (o que mais uma vez reforça nossa ideia de planejar as ações do Conselho para possibilitar e incentivar a participação de todos os sujeitos).

Tornou-se evidente a necessidade de possibilitarmos que tais segmentos sejam *desinvisibilizados* de sua participação nos órgãos colegiados. É preciso fortalecer o diálogo e a exposição de ideias e posicionamentos desses segmentos dentro do Conselho de Escola. Nesse sentido, os encontros formativos ganham cada vez mais substância, fazendo-se urgentemente necessários.

1.1.2. 2º Encontro Formativo

No dia 08 de maio de 2019 teve início, às 14h50min, o segundo encontro de formação para os conselheiros escolares da EMEF “Maria Augusta Tavares”. Reunimo-nos na sala da direção e estiveram presentes a essa reunião: o diretor da Unidade de Ensino; a representante dos funcionários da escola (suplente); o representante do segmento de pais (suplente); a representante dos estudantes (titular) e o representante da comunidade. Para dialogar com o grupo de

conselheiros fomos o Professor Orientador e eu. Não estiveram presentes: a representante do segmento de pais (titular); a representante do segmento de professores (suplente), pois estava participando de uma formação para os coordenadores de turno, ofertada pela SEME e a representante dos funcionários da escola (titular), pois nessa data ela trocou de horário com o servidor da função do turno matutino.

Um dos materiais que serão utilizados no processo formativo, e que foi entregue ao final do 1º encontro formativo, não foi construído *a priori*. Buscamos reunir materiais com as hipóteses que haviam sido construídas a partir da leitura das Atas das reuniões do Conselho de Escola e da legislação vigente. Como resultado desses estudos, foi possível construir o texto que trata do histórico de criação dos Conselhos Escolares no município de Cariacica, sendo este de grande importância para promover o debate e a clareza do tema em questão.

Nestes dois primeiros encontros, tratamos de problematizar acerca dos Conselhos e das possibilidades vinculadas a eles. Desse modo, a metodologia de trabalho proposta é de base freiriana, que traz como perspectiva o *fazer com*. Portanto, o levantamento de informações que tratamos de fazer antes dos encontros, nos possibilitou abrir caminhos para o debate e levantar hipóteses, como forma de nos apropriarmos da realidade dos órgãos colegiados no município de Cariacica a fim de que tivéssemos subsídios para dialogar com os conselheiros.

Dando início, o Professor Orientador fez uma explanação sobre sua experiência enquanto conselheiro escolar quando foi professor e diretor de Unidade de Ensino no estado de São Paulo. Falou sobre as possibilidades de trabalho que o Conselho Escolar pode oferecer. Dentre os relatos por ele mencionados alguns chamaram bastante a atenção dos presentes, como por exemplo, a construção de um “Mural do Conselho”, espaço destinado a dar publicidade às ações e decisões tomadas pelo Conselho de Escola; a elaboração de um “Informativo do Conselho”, uma espécie de panfleto impresso e destinado a levar informações sobre os trabalhos que vêm sendo executados pelo órgão colegiado da escola; construção de uma página na *web*, para dar informações aos membros da comunidade escolar sobre todas as últimas ações desenvolvidas pelo Conselho; entre outras.

O Professor Orientador chamou a atenção para o tamanho da força dos Conselhos de Escola, mencionando que, certa vez, numa escola onde foi diretor, os estudantes

e suas famílias esperavam para adentrar a escola do lado de fora, no meio da rua praticamente. Estavam expostos à violência das ruas, trânsito, chuvas, entre outros. O caso foi levado para o Conselho que criou um documento explicando toda a situação e o encaminhou à Secretaria de Educação do Município. Em pouco mais de um ano a nova entrada da escola, com muito mais espaço e conforto foi entregue à comunidade. Todos ficaram protegidos e seguros.

Após isso, duas perguntas foram feitas aos presentes. Buscando criar oportunidades para que os segmentos de pais e de estudantes, que não se fizeram ouvir durante o último encontro, fossem incentivados a participar, modificamos a dinâmica do encontro, problematizando mais com estes segmentos que com a gestão. Os sujeitos excluídos dos processos decisórios precisam de apoio para constituírem-se capazes de participar, e para que confiem nessa possibilidade, como afirma Silva (2002). Dessa forma, pais e estudantes foram elementos centrais nesse encontro, onde sua participação foi, a todo tempo, fomentada e incentivada.

O objetivo era refletir sobre o que os pais e familiares esperam da educação ofertada pela escola onde seus filhos estudam. Todos veem a escola como instrumento de fundamental importância para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Eles frisaram a importância de escola e família realizarem um trabalho conjunto na criação dos jovens da comunidade. Sobre esse assunto, um deles afirma que:

O que a gente espera, enquanto pai, é que a escola nos ajude a criar um homem para a sociedade. Que sirva para a sociedade. Que seja uma pessoa de bem para a sociedade. Essa é a minha visão da ajuda da escola para com a família e da família para com a escola. (Representante dos pais).

Através desse excerto, podemos observar que a escola ainda é vista como ferramenta capaz de transformar a realidade e garantir o futuro dos estudantes. Essa pergunta também foi direcionada aos estudantes, sobre quais eram os sonhos e perspectivas que eles têm sobre a escola e a educação por ela ofertada. Sobre isso, a representante dos estudantes afirmou que:

Eu espero que, futuramente, eu consiga um emprego que seja bem gratificante. Um emprego que dê orgulho para minha família. A escola é muito importante para isso também. Se eu me esforçar, eu vou conseguir um emprego de verdade. (Representante dos estudantes).

Tais perguntas foram feitas com o objetivo de provocar a reflexão nesses representantes de segmentos, mostrando-lhes que a participação de todos é de fundamental importância para o desenvolvimento do trabalho no Conselho e na comunidade escolar, mas que esse trabalho e essa participação só serão possíveis se tais segmentos tiverem sonhos para a educação e para a sua escola; se esperarem, de fato, algo de muito bom daquele espaço e do trabalho ali realizado/ofertado.

Na perspectiva do trabalho feito junto à comunidade escolar por todos os segmentos que a compõem, é notória a fragilidade que alguns segmentos possuem, no que diz respeito à preparação para participar de tais espaços de discussão. Dizer que a participação deles é importante, é uma coisa, outra coisa é dar a estes representantes e aos seus segmentos motivos para participarem; é mostrar-lhes que eles têm, sim, muitos motivos para participar. É necessário termos momentos de diálogo e reflexão para que possamos construir juntos uma educação adequada às necessidades e interesses de toda a comunidade.

Prosseguindo com nossas indagações e reflexões acerca dos sonhos daquela comunidade para com a educação ofertada pela escola, perguntamos aos representantes da comunidade, o que eles esperavam da escola e da educação que a mesma oferecia. Os problemas cotidianos da comunidade local foram lembrados: violência, tráfico de drogas, falta de oportunidades e de perspectivas de futuro entre outros, tudo isso foi mencionado pelo representante da comunidade. Ele afirmou que:

Eu sonho que esta escola me ajude a orientar e encaminhar essa garotada para o caminho do bem, pois a escola é o caminho para eles alcançarem os objetivos deles. Estava me lembrando de uma conversa que eu vi, semana passada, aqui na rua, entre um adulto e um garoto, um estudante. "Você está na escola?" "Tô!" "Tá na escola fazendo o que, rapaz? Lá você não tá aprendendo é nada, pois daqui uns dias você vai trabalhar é na 'boca!'" Aí o garoto respondeu pra ele assim: "É, vou trabalhar na boca pra vender droga pra você!" Veja as conversas de um adulto com o garoto, com a criança... O adulto matando o sonho da criança! A gente batalhando pra trazer os sonhos das crianças, pra mostrar que eles podem sonhar, que é possível, pois a gente tem chances, tem condições [...]. A gente tá querendo encaixar esse bairro aqui na "Taça das Comunidades", daí nós fomos lá pra apresentar os uniformes e tals, daí a gente tirou fotos, chamou a atenção dos garotos dizendo: "Oh, você vai aparecer na televisão". Daí eles veem que existem outros caminhos, outras possibilidades. [...] É possível sonhar... vai ser um grande jogador? Vai conseguir ser campeão aqui? Não sei, mas nós vamos deixa-los sonhar, pois não custa nada você alimentar esse sonho pra eles, mostrar outras possibilidades. Tem gente que vai fechando

a mente das crianças [...]. Eu espero que a escola ajude a minha comunidade a melhorar. (Representante da comunidade local).

Através desse relato vemos a importância que a comunidade dá à escola e como ela enxerga, com esperanças, tudo aquilo que ali dentro daqueles muros é construído, é pensado. A escola precisa se apropriar dessa realidade e passar a nutrir e reproduzir tais sonhos que a comunidade nela deposita. Afinal, como afirma Freire (2011, p. 70), “ensinar exige alegria e esperança”, pois “a esperança faz parte da natureza humana”.

Reiteramos a necessidade do Conselho Escolar, juntamente com a Unidade de Ensino, incentivar e fomentar a participação de toda a comunidade escolar nas ações que envolvem esse órgão colegiado, pois este é ferramenta de fundamental importância para a construção de uma educação que seja efetivamente significativa para todos que dela fazem uso e que vivem em seu entorno. É através dessa inserção da comunidade nas esferas responsáveis pela tomada de decisões que permitiremos a construção de uma educação que seja adequada aos interesses de todos.

Ficou para a próxima reunião estudarmos o texto entregue no primeiro encontro e que trata sobre os Conselhos Escolares no município de Cariacica.

1.1.3. 3º Encontro Formativo

No dia 22 de maio de 2019 teve início, às 14h30min, o terceiro encontro de formação para os conselheiros escolares da EMEF “Maria Augusta Tavares”. Estiveram presentes na reunião: o vice-diretor da Unidade de Ensino; a representante dos funcionários da escola (suplente); a representante dos estudantes (titular) e a representante do segmento de professores (suplente). Eu fiz a mediação com o grupo de conselheiros. Não estiveram presentes nesse encontro: o diretor da Unidade de Ensino, pois tinha consulta marcada no mesmo horário; a representante dos servidores (titular) que, apesar de estar na sala ao lado, tinha muito trabalho acumulado para realizar e não pôde se ausentar do seu setor; o representante do segmento de pais (suplente), que não teve com quem deixar sua oficina para participar do encontro e o representante da comunidade, que teve compromisso de última hora.

Iniciando a discussão, chamei a atenção dos representantes de segmentos para o calendário dos encontros e frisei sobre a data da próxima formação para os conselheiros da EMEF. Em seguida, fiz a leitura de uma citação de Paulo Freire que atenta sobre a importância da participação popular nos espaços escolares e do papel da escola no fomento desta participação, atuando como “centro irradiador” deste trabalho e desta cultura popular. Freire (1991) afirma que:

A participação popular na criação da cultura e da educação rompe com a tradição de que só a elite é competente e sabe quais são as necessidades e interesses de toda a sociedade. A escola deve ser também um centro irradiador da cultura popular, à disposição da comunidade, não para consumi-la, mas para recriá-la. (FREIRE, 1991, p. 16).

Esse excerto nos permite refletir acerca da importância e necessidade que a escola tem de incentivar a participação das classes populares, dos segmentos mais invisibilizados (pais/responsáveis, estudantes, comunidade e, por que não, servidores). Mais uma vez, ancorados na afirmação de Paro (2016a) que diz que a participação se faz no caminhar, reiteramos a necessidade de permitir e possibilitar que estes segmentos se manifestem, criando espaços de diálogo para troca de experiências e aprendizados entre os conselheiros.

O passo seguinte foi promover a discussão sobre o texto entregue no primeiro encontro, dia 24/04, sob o título “*Os Conselhos Escolares no município de Cariacica/ES*”, que versa sobre o processo de implantação desses órgãos colegiados em todas as Unidades de Ensino da rede municipal. Além disso, expliquei sobre o período em que foi assinada a Lei Nº 4.373/2006, que instituiu o Sistema Municipal de Ensino, onde o município passou a ter autonomia para criar uma educação mais condizente com a realidade local.

Outro ponto importante desse texto foi o destaque dado ao problema da falta de preparo dos representantes para atuarem no Conselho Escolar, dando importantes contribuições para a elaboração da educação que será desenvolvida e ofertada na escola. É o que afirma Silva (2010a), ao dizer que há uma lacuna existente na qualificação da participação dos segmentos, fato corroborado pela afirmação de Paro (2016b), ao tratar da falta de preparo dos segmentos que compõem a comunidade escolar para participarem do Conselho.

Após a explanação sobre o texto e a discussão promovida, seguimos realizando alguns questionamentos acerca da realidade vivenciada pela comunidade escolar,

no que diz respeito à aproximação da comunidade com as ações desenvolvidas na Unidade de Ensino. Os questionamentos foram: **1)** Como aproximar a comunidade escolar da realidade que a cerca? **2)** Como ampliar a participação de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar no Conselho de Escola? **3)** Tem dialogado com o segmento que você representa? **4)** Quais as principais necessidades de formação e de esclarecimento para os conselheiros? Quais são as maiores dúvidas? Importante frisarmos aqui, que esses questionamentos dão sequência às discussões feitas no primeiro e no segundo encontros formativos, tendo sido elaborados para esse encontro com base naquilo que havia sido discutido nos momentos anteriores a este.

Alguns dos questionamentos tiveram respostas que apontaram para vários aspectos de observação e análise. Sobre a primeira pergunta, a representante dos estudantes mencionou a importância da escola desenvolver trabalhos voltados para a proteção do meio ambiente onde a Unidade de Ensino está inserida, como sendo uma alternativa para atrair a atenção da comunidade local para a participação dentro da escola, bem como esta ser uma possibilidade de dar visibilidade a todo o trabalho que a mesma desenvolve e que tem grande relevância para o entorno da escola. A estudante diz que uma alternativa para esse tipo de questionamento é fazer

[...] campanhas em proteção do meio ambiente, porque se a escola sáísse, fazendo uma caminhada, igual já foi feito, seria bom, para aproximar a comunidade dos alunos. Isso porque os alunos estariam passando a ideia de como preservar o meio ambiente. (Representante dos estudantes).

Cabe aqui ressaltarmos a opção metodológica pela qual optamos: a pesquisa participante. Nossa opção por esse procedimento de pesquisa traz à tona o viés de que é necessário conhecer a realidade escolar, de forma coletiva (com o grupo de conselheiros) para, a partir disso, fomentar as transformações necessárias, como afirma Gil (2010). Tais ações se fundamentam na perspectiva freiriana, promovendo a oferta de uma educação libertadora como forma de envolver a participação de todos, tornando as relações democráticas mais dinâmicas, com vistas a promover a integração entre os sujeitos (FREIRE, 1981).

Outro ponto destacado pelos conselheiros foi sobre a importância de aproximar a comunidade local para ajudar na preservação do patrimônio público e também do espaço escolar, pois a escola é alvo constante da depredação de seu interior, por parte de um grupo significativo de estudantes. Eles atentam para a necessidade da

escola criar meios para resolver esse tipo de problema, pois gera transtornos ao bom funcionamento da Unidade e também custos. Parte da verba que chega para a escola é gasta na correção de situações causadas pelos estudantes, ao passo que poderia ser aplicada na melhoria das condições de aprendizado e do serviço educacional ali desenvolvido.

Se eles aprendessem também a conservar a escola. A gente tem aqui mesa e cadeira rabiscadas, porta quebrada, parede rabiscada, banheiro. Eles precisam aprender a conservar o patrimônio. Semana passada mesmo, o aluno pegou o rodo novinho e quebrou ele em três pedaços. (Representante dos servidores).

Vimos, na prática, uma ótima oportunidade de trazer as famílias e a comunidade local para o interior da escola, ajudando no processo educativo e na preparação dos estudantes para o futuro convívio em sociedade. Trazer as famílias para dentro do ambiente escolar e promover sua efetiva participação é tarefa muito difícil, pois muitos pais não se apropriam dessa realidade e não enxergam a escola como um espaço que lhes pertence ou que necessite de sua contribuição. É importante frisarmos que o bom andamento das atividades e do serviço prestado pela escola depende, fundamentalmente, da participação dos pais, das famílias e da comunidade local, de forma constante.

[...] a gente empresta o espaço físico, a maioria dos finais de semana, para jogos, festas, eventos de igrejas, cultos... Tudo isso, mas parece que tá tudo totalmente desvinculado da escola, apesar de utilizar o espaço da escola. A gente tem feito isso pra saber o que resulta daí. Mas é uma coisa muito "solta", pois as pessoas vêm, sabe que tem o espaço, sabe que a escola é pública, sabe que é da comunidade... Tudo isso aqui é da comunidade e a comunidade pode usufruir, mas eles vêm aqui, a gente empresta e eles somem! Fazem o que têm que fazer e somem, desaparecem. Provavelmente no ano seguinte, quando precisar de novo, eles aparecem, mas não têm uma noção de que a comunidade precisa da escola e que a escola precisa da comunidade, para interagir e seguir adiante. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

Esse afastamento das famílias e da comunidade do espaço escolar gera consequências perversas para o processo de ensino-aprendizagem que move as atividades da escola. Aos poucos, ela vai perdendo suas características originais e adquirindo outras, diversas. Com isso, as famílias passam a não mais enxergá-la como um ambiente que possibilita aprendizado e, com isso, transformação da realidade. Passam a vê-la como um espaço que atende às suas necessidades mais imediatas, como cuidar dos filhos enquanto eles desenvolvem suas atividades

cotidianas e não como espaço de aprendizado e de desenvolvimento. É o que afirma o vice-diretor da unidade:

Parece [...] que muitos não tratam mais a escola como local de cultura, de conhecimento. É um espaço para “depositar crianças”, enquanto o pai ou a mãe trabalham. Tirando isso, qualquer problema, pronto... A escola é culpada, é errada, as pessoas não fizeram o que tinha que ser feito. [...] A escola perde sua função educativa e assume apenas um caráter assistencialista. Se os filhos estão bem, não estão feridos, está ótimo! Se aprendeu, se estudou, se deixaram... Isso não importa, pois não há uma preocupação com relação a isso. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

Embora haja um trabalho de grande possibilidade e relevância, que envolve as ações do Conselho, os conselheiros não veem saída, ao menos em curto prazo, para os problemas enfrentados por esse órgão e pela escola. Muito pode ser feito para transformar essa realidade, porém existem obstáculos muito difíceis de serem transpostos, o que obriga o Conselho Escolar (e a Unidade de Ensino) a continuar funcionando dentro de limitações e de forma precária. Ter instrumentos legais que normatizam as ações destes órgãos e não dispor de condições para o desenvolvimento das mesmas ajuda a manter esse *status quo*, como afirma o vice-diretor da unidade:

A Lei é muito bacana, o problema é travestir essa Lei no concreto. Você vê que é tudo precário. [...] Então, esses Conselhos, seria legal se fossem reais. Você vê, a gente só se reúne quando a situação é drástica, quando o elástico tá completamente esticado e a gente tem que resolver. Aí que entra o Conselho. Fora isso, não tem como. [...] Você não tem muito tempo pra parar, fazer uma reflexão, e em contrapartida ainda tem os pais, que trabalham, não podem e nem têm condições de estarem sempre aqui, mesmo com justificativa. O pai não pode perder o emprego, mesmo tendo a justificativa [de participar de um órgão como o Conselho Escolar]. Eu acho que esses Conselhos serão e continuarão funcionando dessa forma: na precariedade e no imediatismo. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

É necessário, para o bom funcionamento do Conselho de Escola, que haja condições eficazes para tanto. A aprovação de normativa legal foi uma grande conquista para a educação do município, porém não foi suficiente para resolver todas as suas questões. Condições de trabalho e, principalmente, tempo para reflexões, formações e planejamento das ações, são primordiais para que seja desenvolvido um trabalho que venha promover a participação efetiva e consciente de toda a comunidade escolar. Como afirma Faundez (1993), possibilitar a participação dos sujeitos em processo formativos, além de qualificar o trabalho prestado ao Conselho, permite a multiplicação do conhecimento dentro das

comunidades escolar e local, adequando este às necessidades e interesses de toda a população.

Cada especialista deveria tornar-se um “formador”, a fim de aumentar o número de especialistas, mas também suas competências. Pensamos que é preciso criar um sistema educativo em processo, capaz de se adaptar historicamente para responder às reais necessidades da população [...] (FAUNDEZ, 1993, p. 40).

Como afirmado anteriormente, a democracia e os órgãos colegiados que necessitam da participação da comunidade escolar para planejar e desenvolver ações voltadas para a educação são muito recentes (FREIRE, 1991). Por esse motivo, é necessário reafirmar, cotidianamente, a importância destes para o exercício da cidadania e para a construção de uma sociedade mais justa. Mesmo com toda a importância e legalidade que o Conselho Escolar possui, o poder público acaba buscando formas de não atender as decisões tomadas pela comunidade escolar, o que deslegitima sua atuação e contribui para seu enfraquecimento, desmotivação e invisibilização.

E quando você fecha, e isso já aconteceu conosco, você junta o Conselho e fecha todas as portas, e é aquilo ali e não tem outra saída, eles questionam. Isso já aconteceu umas duas vezes conosco. [...] Mas o aluno fez isso, isso e isso, estava usando drogas dentro da escola, fazendo bagunça, brigando com os outros... O Conselho fez isso, isso e isso, deu oportunidade assim, assim e assim, ele repetiu tal e tal... Aí, fecharam-se as portas. A inspeção escolar veio, pelo menos, três vezes conferir e ver se a gente reconsiderava a situação. Daí a gente falou não, não somos nós, o Conselho é soberano, portanto, se o Conselho decidiu e ele não pode voltar atrás também, é isso e ponto! Foi uma labuta. Mesmo se respaldando de todos os lados, eles tentam achar uma brecha, que você recue, pra te deslegitimar. É uma luta diária, todo santo dia. (Vice-diretor da Unidade Escolar).

As dificuldades encontradas pelo Conselho, para legitimar suas ações e fazer valer as decisões tomadas pelo coletivo dos representantes que o compõe, é apenas um dos obstáculos a serem superados. Para isso, é necessário que os sujeitos da comunidade escolar percebam o espaço da escola como algo que lhes pertence, como um espaço próximo e que precisa de sua contribuição e ajuda. A construção dessa percepção depende de programas e projetos educacionais que considerem as necessidades da comunidade, respeitando os sujeitos que dela fazem parte. Todo planejamento feito fora da coletividade, sem ser dialogado com os sujeitos da comunidade e que não parta de suas necessidades prementes, estará fadado ao fracasso.

Todo programa de desenvolvimento deve, assim, levar em consideração a participação ativa e inteira do povo, sem a qual ele não seria senão um programa imposto, um “affaire” de “experts”. Estará fadado ao fracasso se

não responder às verdadeiras necessidades comunitárias (FAUNDEZ, 1993, p. 29).

A própria comunidade local não se reconhece como pertencente àquela realidade, como possuidora de direitos sobre o espaço da escola. Eles têm a escola como um ambiente distante, como algo que não lhes pertence e que não precisa deles. Os conselheiros afirmam que o uso que a comunidade faz dos espaços da escola (uso da quadra de esportes, realização de festas comunitárias, cultos e encontros religiosos, etc.) é visto como um favor que os gestores da escola e da educação do município lhes prestam, como sendo uma concessão, apenas, e que pode ser retirada de acordo com a vontade desses gestores.

Não há questionamentos nem pedidos de esclarecimentos quando o uso dos espaços da escola é negado, mesmo que esse uso atenda a um número significativo de pessoas e que o espaço da escola seja, por vezes, o único espaço para recreação que eles possuem. Questões como essas precisam ser problematizadas e discutidas pelos segmentos que compõem o Conselho de Escola. Tais sujeitos devem fazer uso de suas atribuições, enquanto conselheiros escolares, e propor soluções, planejar ações a serem desenvolvidas, de modo a transformar essa realidade que dicotomiza a escola e a comunidade.

Sobre o uso da quadra de esportes da escola, que era feito todos os dias pela comunidade, foi afirmado que:

[...] a própria prefeitura começou a pressionar a gente, por causa da conta de energia muito alta. Realmente, esses refletores puxam muita energia. [...] Nós tínhamos segunda, terça, quarta, quinta e sexta, cinco dias... Você imagina, põe aí seis times por dia. Cada um tem cinco pessoas. Seis vezes cinco, trinta... Olha só quantas pessoas. Sem contar os amigos que vinham, as namoradas, os familiares, o pessoal da comunidade e tal. Olha o tanto de gente que foi prejudicada. Quantas reclamações nós tivemos com o fechamento da quadra? Nenhuma, ninguém fez nada! Eles não se reconhecem como comunidade, eles não reconhecem esse aqui como um espaço deles, que precisa deles e eles precisam deste espaço. Ao invés de sentar pra conversar: o que a gente pode fazer? Como a gente pode resolver essa situação? Porque a quadra é um ambiente bom para o lazer de toda a comunidade... Formar uma estratégia, um grupo bom pra debater, né? (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

Essa situação que ocorreu na escola poderia ter servido como uma oportunidade da comunidade se reunir e cobrar o uso do espaço que é seu, que lhe pertence. A falta de envolvimento nas ações da escola e do reconhecimento próprio como membro daquele espaço, estabelecendo com ele uma relação de maior proximidade, impede a potencialidade efetiva das ações desenvolvidas pelo Conselho e pela Unidade de

Ensino. É necessário trabalhar de maneira a aproximar esses espaços, tornando-os responsáveis pela transformação da realidade.

Para transformar a realidade é preciso, antes de tudo, desvelá-la, compreendê-la sob seus diversos ângulos. Isso permite a reflexão sobre caminhos possíveis dentro do que é vivido, do que é concreto. Sobre esse assunto, Faundez (1993) afirma que:

Nascer num país, ou nascer numa cidadezinha, não significa entretanto conhecer esse país ou essa cidade. Para conhecê-los é preciso um esforço intelectual e prático, graças ao qual o abstrato permite penetrar no concreto e inversamente, para compreender a realidade, mas também para transformá-la. O povo deve não somente participar dessa tarefa, mas tem o dever de fazê-lo (FAUNDEZ, 1993, p. 27).

Outro questionamento proposto foi acerca da possibilidade de se ampliar a participação de todos os segmentos do Conselho de Escola, aproximando-os da realidade vivenciada dentro do espaço escolar. Nesse sentido, nossa preocupação estava vinculada à ampliação da participação dos pais/responsáveis, dos estudantes e da comunidade, pois são os segmentos que se encontram mais distantes desse ambiente e necessitam de incentivos para tornarem-se participativos (SILVA, 2002). O objetivo de tal questionamento foi promover a reflexão sobre a realidade escolar e de seu entorno, juntamente com as pessoas que os integram. Somente a partir da reflexão e do reconhecimento da realidade escolar, como sendo sua, é que o Conselho Escolar pode planejar e desenvolver ações realmente significativas para os membros de sua comunidade.

A partir dessa proposição surgiram comentários e reflexões bem pertinentes sobre o tema, pois os conselheiros conhecem a realidade da qual fazem parte. No entanto, nem sempre eles estão dispostos ou afeitos a refletir sobre ela e sobre suas ações. Isso nos mostra como é importante refletir sobre as ações tomadas, pois muitas vezes elas se automatizam e não refletimos sobre as mesmas, o que nos impede de construir um novo conhecimento sobre aquilo que fazemos, melhorando nossas ações e nossa participação nas esferas coletivas. Tais ações estão presentes na abordagem dialética proposta por Richardson (2007).

Numa perspectiva freiriana, constatamos como a abordagem dialética está vinculada a uma educação humanizadora. Para Freire (1981) os argumentos dessa abordagem, aplicados a uma educação que visa nos tornar mais humanos, são representados pela “ação-reflexão-ação”, onde é necessário refletir, criticamente, sobre a ação praticada a fim de que a próxima ação seja melhor praticada. “É

pensando criticamente a ação de hoje ou de ontem que posso melhorar a próxima prática” (FREIRE, 2011, p. 40).

Sobre a problematização feita acerca da realidade vivenciada pela comunidade escolar e sobre a possibilidade do Conselho ampliar a participação de todos, aproximando-os dessa realidade, foi afirmado que:

Eu não vejo nada que possa fazer, no momento. Muito trabalho para os pais e, além disso, eles precisam descansar. Por que a gente tem que levar isso em consideração: o pai e a mãe de um aluno, na sua grande maioria, aqueles que pegam ônibus, imagina. A que horas eles têm que estar no ponto em um bairro como o nosso, que não tem ônibus toda hora? Vão em pé, apinhados, esfolados dentro desses ônibus [...]. Aí chega no trabalho, são nove horas, com o horário do almoço. Depois mais duas horas de ônibus pra voltar, você acha que ele vai ter paciência, capacidade mental para participar de um encontro de Conselho? Ainda tem que fazer a janta das crianças, deixar o almoço do outro dia pronto, preparar tudo. Então, eu acho que é necessário, mas eu acho que a fórmula de funcionamento dele é essa aqui, a que nós usamos, não tem outro jeito. Trabalhar só no emergencial, pois não tem outra fórmula. Você não pode tirar as pessoas do trabalho o tempo inteiro ou todas as vezes que você precisa; você não pode tirar o aluno todas as vezes da sala de aula, toda vez que o Conselho precisa. Eu acho que o Conselho daqui funciona até [...] bem. As pessoas são bem razoáveis, participativas reflexivas, então eu acho importante a participação desse Conselho, mas ele é só emergencial. Não há fórmula, hoje, de a gente estipular datas de encontros, nem mesmo de formação de Conselho. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

Vemos que, apesar da participação da comunidade escolar ser de extrema importância para o bom desenvolvimento das ações e atividades que são responsabilidade dos Conselhos Escolares e que esta precisa ser incentivada, fomentada e exercitada constantemente, tal participação é parametrada, ou seja, obedece a critérios que são fundamentais para que possamos compreender o processo de participação dos representantes da comunidade escolar. Através do relato apresentado, fica clara a vontade dos conselheiros de fazerem parte de um órgão efetivamente participativo e atuante, que verse sobre estudar, refletir e debater sobre as formas de planejar e de construir uma escola/educação que atenda, de fato, aos anseios e expectativas da comunidade.

As dificuldades apresentadas no relato do vice-diretor da Unidade de Ensino acabam por dicotomizar o “Conselho almejado” (com planejamento; com discussões e reflexões acerca da realidade da escola/comunidade; com desenvolvimento de ações que visem a melhoria do aprendizado dos estudantes e da educação ofertada pela Unidade Escolar; etc.) e o “Conselho real” (emergencial; que funciona apenas quando solicitado; que atua na resolução de problemas e conflitos, apenas; etc.),

impedindo-os de se aproximarem e constituírem um mesmo conjunto. É necessário problematizar essas situações dentro do órgão colegiado, a fim de que seja possível refletir sobre as mesmas, relacionando-as com a intensidade da participação de seus representantes.

Outro assunto discutido em nosso encontro de formação buscava refletir sobre o diálogo entre os representantes dos segmentos e seus pares. Eles foram unânimes em dizer que não dialogam com os pares acerca das ações desenvolvidas no Conselho, isso por que a forma como este órgão funciona (emergencial, imediatista) impede que os assuntos sejam levados para apreciação de todos e retornem com o parecer do segmento sobre a situação. O ideal é que funcione desta forma, onde os conselheiros representem os interesses do segmento do qual fazem parte, promovendo a interação e aproximação de todos com o órgão colegiado da escola e que todos tomem ciência e decidam sobre as ações promovidas e propostas pela Unidade Escolar. No entanto, essa forma de funcionamento é uma realidade um tanto quanto distante de ser concretizada.

Além de não terem condições de criar essa ponte dialógica entre o Conselho e seu segmento, os conselheiros afirmaram ser um grande problema publicizar os assuntos decididos no órgão, pois eles dizem respeito, em sua quase totalidade, à resolução de problemas e de conflitos que acontecem no ambiente escolar e abrir tais temas para apreciação da comunidade escolar como um todo gerará maiores problemas para o andamento das atividades.

Geralmente o nosso Conselho se reúne pra poder tomar medidas drásticas de transferência de aluno, de remanejamento de turma e turno, de alunos problemáticos. Sinceramente, eu nunca participei de uma reunião de Conselho que a gente fosse decidir alguma coisa que fosse em prol da escola, para beneficiar a escola. E aí também, quando a gente trata de “transfere ou não transfere aluno”, [...] até mesmo expor esses que estão aqui envolvidos e levar para o grupo de alunos vai ter aquele impasse: ah, [...] o menino é gente boa, é nosso amigo, a gente quer que ele fique. É um menino legal, mas ele não gosta de estudar e não cumpre as normas. Aí, quer dizer, um grupo de alunos, uma parcela significativa, vai ficar a favor dele. Se eu levar para os professores, eles vão aceitar de imediato. Então, é muito complicado isso. [...] A gente nunca fez algo aqui para votar, para levar para os grupos, que fosse em benefício da escola, algo para fazer para melhorar. Sem contar que levar casos de alunos assim, para serem discutidos com o grupo dos alunos, vão ter pais que vão acusar de estar humilhando o filho deles, por que isso já aconteceu aqui. (Representante dos professores).

Essa é uma questão bem complexa e que envolve muitas outras vertentes, além da questão de democratizar as ações e a participação no Conselho. A escola e os

conselheiros precisam se resguardar para evitar atritos com as famílias dos estudantes, visto que estas têm dificuldades de participar de forma atuante e de se apropriar de tal realidade. Ficando de fora das reais ações e necessidades do Conselho é impossível compreender a dinâmica de suas decisões e do seu trabalho, fato que permite que interpretações equivocadas sejam feitas e que comprometem todo o seu funcionamento.

O último dos questionamentos feitos visava promover uma reflexão sobre as necessidades formativas e de esclarecimentos necessários para ampliar a capacidade de compreensão dos conselheiros sobre o trabalho do órgão. Apesar do longo tempo de serviço prestado para a educação ser uma realidade de muitos dos que fazem parte do Conselho Escolar, isso ficou claro não ser algo suficiente para que se possa ter ciência de todo o trabalho e ações pertinentes ao Conselho Escolar. “[...] Eu tenho 32 anos de escola, e só fui ter conhecimento do que é realmente o Conselho de Escola quando eu entrei na direção. Tenho 32 anos de escola e olha que eu me julgo uma pessoa esclarecida”. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

Por esse relato, observamos que um elemento importante na ajuda para ampliar a compreensão que é tida do Conselho de Escola se refere a mudar nosso local de observação. É necessário estar presente em outros locais que pertencem à educação para que nos tornemos aptos a compreender que apenas uma maneira de olhar para o mesmo fenômeno não é suficiente para enxergar todas as possibilidades que esse oferece. Torna-se primordial estar presente nos diversos espaços que compõem a educação, pois esta é um prisma que, dependendo do lado que se observa, muda-se totalmente a compreensão da realidade.

Devido à falta de informação e qualificação para o trabalho no Conselho Escolar, é de grande valia criar espaços de diálogo e reflexão para que a comunidade escolar problematize sua própria realidade, a fim de que tal iniciativa permita soluções coletivas. Como afirmam Streck, Redin e Zitkoski (2016), o diálogo impulsiona o pensamento crítico, pois ele nos possibilita dizer o mundo de acordo com o nosso entendimento, de acordo com as nossas experiências. Para isso, é preciso desenvolver o sentido de “pertencimento” dos sujeitos da comunidade para com o espaço escolar.

Como visto anteriormente, esse é um grande problema encontrado dentro da organização e do planejamento das ações da escola, pois a comunidade não enxerga o espaço escolar como sendo seu. Eles o veem apenas como algo que é concedido pela escola e/ou pela secretaria de educação. É necessário “[...] esclarecer para eles o que é o Conselho, porque eles não sabem. Os alunos, e muitos pais, não têm noção de que isso aqui é deles, que são eles que pagam isso aqui tudo”. (Representante dos professores). Se é tão difícil a tarefa de reconhecer-se pertencente à realidade local, é necessário, segundo Faundez (1993, p. 35), que o processo educacional desenvolvido pela escola comece “[...] pela descrição e análise da realidade comunitária”. A partir daí, seria mais fácil e prático relacionar os problemas que nela existem, pois é preciso refletir criticamente sobre essa realidade.

Considerando esses anseios relatados, e que foram endossados pelo grupo de conselheiros, prepararemos material no formato de “folheto de orientações” para ser publicizado e discutido com o Conselho, durante nosso próximo encontro. Após esse estudo, o material ficará à disposição da escola e da comunidade para ser consultado futuramente. Ter maior interesse pelo espaço escolar e os órgãos a ele pertencentes é de fundamental importância para planejar e desenvolver uma educação de qualidade e significativa para o seu entorno. A comunidade necessita do espaço escolar, assim como esse espaço necessita da comunidade que em seu entorno vive, formando, assim, um par dialético e dialógico. Tornar essa situação algo concreto permitirá que a escola e as ações nela desenvolvidas deem um salto de qualidade para atender às reais necessidades das comunidades escolar e local, garantindo que ambas tenham acesso a uma educação, de fato, relevante, significativa e transformadora.

1.1.4. 4º Encontro Formativo

No dia 05 de junho de 2019 teve início, às 14h30min, o quarto encontro de formação para os conselheiros escolares da EMEF “Maria Augusta Tavares”. Estiveram presentes na reunião: o diretor da Unidade de Ensino; o vice-diretor; a representante dos funcionários da escola (suplente); a representante dos estudantes (titular); o representante dos pais (suplente); o representante da comunidade local e a representante do segmento de professores (suplente). Eu fiz a mediação com o

grupo de conselheiros. Não esteve presente a representante titular do segmento de servidores.

Iniciamos nosso encontro recapitulando todos os assuntos discutidos no encontro anterior. Optamos por essa metodologia de trabalho, pois alguns representantes não estiveram presentes nessa oportunidade, fato que foi considerado para deixarmos todos cientes da nossa discussão. Citei o relato da professora onde ela disse que é preciso “[...] esclarecer para eles [os pais] o que é o Conselho, porque eles não sabem. Os alunos, e muitos pais, não têm noção de que isso aqui é deles, que eles que pagam isso tudo aqui”. (Representante dos professores).

Esse relato sintetizou todas as discussões do encontro anterior, onde os conselheiros afirmaram ser necessário promover a aproximação entre a comunidade e a escola, pois ela não se reconhece como parte do ambiente escolar, nem acredita que esse espaço necessite de sua ajuda/participação. Em sua afirmação, a professora também expressou a necessidade de explicitarmos o papel do Conselho e suas principais atribuições, para que toda a comunidade escolar participe da construção e do planejamento da educação local. Com base nisso, elaboramos um material contendo as principais informações acerca do histórico de formação, base legal, composição, atribuições entre outros, dos Conselhos Escolares. Tal material surgiu da necessidade de que fosse criado um instrumento de consulta fácil e rápida para esclarecer dúvidas e dar orientações em alguns aspectos reais para o trabalho do Conselho Escolar.

Da necessidade de serem criadas alternativas que possibilitem o estreitamento das relações entre comunidade e escola, algumas reflexões foram feitas e sugestões foram dadas.

Nós estamos precisando de parcerias para fazer uns trabalhos de meio ambiente no bairro aí, de preservação. Precisamos acabar com o lixo que tem aqui atrás. O pessoal já arrancou os pneus dali e estão entrando com o lixo de novo [...]. (Representante da comunidade local).

Tal sugestão surgiu a partir das reflexões feitas no coletivo dos segmentos que compõem a comunidade escolar. Portanto, trata-se de uma necessidade real da comunidade e que servirá para aproximar todos que compõem o entorno da escola, com o objetivo de realizar um trabalho unificado em prol do aprendizado e da transformação da realidade local. Segundo Faundez (1993, p. 38), é muito importante que os sujeitos que compõem a comunidade escolar participem dos

processos que promovem a transformação da realidade, pois “quando o homem participa da transformação histórica ele também se transforma. Nesse sentido pode-se dizer que o homem faz história e é feito por ela”.

Mais uma vez vale frisarmos a importância de criar espaços de diálogo, como este encontro de formação, pois foi através dele que surgiu a possibilidade da comunidade escolar refletir sobre uma necessidade real do seu cotidiano. Mais importante ainda foi o fato de serem eles, os membros da comunidade local, os responsáveis pela sugestão dada, pois são as pessoas que, de fato, conhecem a realidade e o meio onde vivem (FAUNDEZ, 1993). Essa é uma excelente oportunidade de aproximar a comunidade local e a escola, pois através de iniciativas assim é que construímos o sentimento de pertencer a determinada realidade. Trata-se, portanto, de uma ferramenta de grande valia para a construção de uma identidade que envolva e aproxime todos os sujeitos do entorno da escola.

Outra possibilidade de trabalho coletivo que surgiu no encontro com os conselheiros foi de que a escola desse continuidade ao “Projeto Horta”, um projeto que a escola desenvolve de forma permanente e que já vem acontecendo há pelo menos dez anos, mas que não foi retomado no ano passado devido ao aumento do gasto da escola com a conta de água e pelo fato de não ter havido pessoa disponível para tocar tal projeto.

O representante da comunidade afirmou ser essa uma excelente oportunidade para aproximar a escola da comunidade e vice-versa. O gasto com a água impactou diretamente no parco orçamento da Unidade de Ensino, tornando necessária, para sua continuidade, a elaboração de outro projeto que prevê a perfuração de poço artesiano nas dependências da escola solucionando, assim, o problema do abastecimento e da retomada do “Projeto Horta”.

Criar alternativas para viabilizar a continuidade do projeto, resolver problemas de abastecimento de água da Unidade de Ensino, aproximar os professores dos estudantes e de suas famílias e ainda incentivar o uso de um recurso disponível no subsolo da região, pode ser uma ótima ferramenta de trabalho, pois, além de todas as possibilidades evidenciadas acima, ainda teria a rica oportunidade de estar trabalhando junto com os estudantes e suas famílias um meio de incentiva-los a utilizar o recurso de maneira sustentável e barateando os gastos mensais, o que traz

um aprendizado significativo para toda a comunidade. Sobre o projeto, foi afirmado que:

Estamos retomando ele agora. Nós só emperramos, nessa situação, por que a horta consome muita água. E o nosso consumo de água da Cesan aqui já é muito alto. Junto com essa equipe de professores estamos desenvolvendo um projeto para a perfuração de um poço artesiano aqui na escola. Então, tendo essa água do poço na escola, a gente pode agora retomar a questão da horta, por que aí a gente vai ter uma quantidade de água suficiente, sem precisar usar a água da Cesan. Ontem nós tivemos a visita de um técnico que já faz perfuração profissional na região e sabe que a gente vai conseguir uma água de qualidade aqui. Ele nos garantiu. Agora a gente precisa fazer a perfuração, coletar a água, fazer a análise pra ter um respaldo da condição de utilizá-la. Se não para consumo ou para beber, pelo menos para limpeza e para descarga, pra torneira, essas coisas assim. Pelo menos 2/3 do que a gente gasta será economizado dessa forma. Mas aí a gente já consegue amarrar uma coisa na outra. (Diretor da Unidade de Ensino).

Pelo excerto acima observamos as consequências e possibilidades de trabalho que a integração *escola-comunidade* traz. A escola, com a ajuda da comunidade, passa a conhecer a realidade de seu entorno, as potencialidades do território e as possibilidades de realizar um trabalho adequado às necessidades e interesses da população. Por esse fato, a escola deve proporcionar que a comunidade participe da elaboração do currículo que será empregado na Unidade de Ensino, pois “[...] como cabe à comunidade desvelar a realidade e descobri-la, é também ela que deveria elaborar o currículo numa perspectiva de eterno começo” (FAUNDEZ, 1993, p. 43).

No material elaborado para auxiliar o processo formativo dos conselheiros, além de explicitar o que é o Conselho Escolar, quais suas atribuições, suas funções, sua composição entre outros, destacamos a necessidade de promover a articulação entre o trabalho desenvolvido por esse Conselho e o PPP da Unidade de Ensino. Essa articulação deve ser a ferramenta responsável pelo desenvolvimento das ações planejadas e executadas dentro da escola, pois possibilitará a oferta de uma educação que torne os sujeitos cada vez mais humanizados (FREIRE, 1969), onde estes refletirão acerca da sua realidade e das possibilidades de transformação da mesma. É de fundamental importância possibilitar o aprendizado participativo, pois trata-se de algo que será útil por toda a vida, dando um novo sentido a esta e à sociedade.

Como não dar uma importância essencial à aprendizagem da participação, à aprendizagem da teoria e da prática, à aprendizagem da crítica e da organização, da melhoria real da vida cotidiana da comunidade, nos campos político, econômico, social, emocional etc.? Se a educação é incapaz de levar à criação de uma nova vida e de uma nova sociedade, ela

é cúmplice das camadas sociais detentoras do poder, que só procuram reproduzir os modelos existentes de uma sociedade injusta que destrói, pouco a pouco, mas inexoravelmente, a humanidade (FAUNDEZ, 1993, p. 48-49).

Citado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394/1996), Art. 12, inciso I, e no Regimento Comum das Escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Cariacica-ES (publicado no Diário Oficial do Município, em 09 de fevereiro de 2018), Art. 7º, o Projeto Político Pedagógico seria elaborado e executado pelos estabelecimentos de ensino, respeitando suas singularidades e as da comunidade onde se inserem. Tal projeto é, portanto, um

[...] documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar.

[...] Ao mesmo tempo, é um conjunto de princípios e práticas que reflete e recria essa cultura, projetando a cultura organizacional que se deseja visando à intervenção e transformação da realidade. O projeto, portanto, orienta a prática de produzir uma realidade: conhece-se a realidade presente, reflete-se sobre ela e traçam-se as coordenadas para a construção de uma nova realidade, propondo-se as formas mais adequadas de atender necessidades sociais e individuais dos alunos (LIBÂNEO, 2008, p. 151).

Vemos que se trata de um documento de extrema importância para a elaboração e o desenvolvimento de uma educação pública dotada de qualidade e que seja adequada às necessidades e interesses das comunidades escolar e local. Isso tudo pelo fato de ser através desse documento que se projetam ações futuras com base nas condições reais da comunidade no presente, visando a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Ele rompe com a centralização do poder e das decisões que chegam até a escola vindos de lugares alheios à realidade vivenciada pela comunidade escolar, isso por que sua elaboração necessita da participação de todos os envolvidos. Ademais, sua construção transforma todos os envolvidos em sujeitos capazes de produzir a própria história, como afirma Libâneo (2008):

O projeto surge como forma de superação de um paradigma técnico (ou tecnicista) em que tudo o que a escola e os professores precisam fazer já vem estabelecido de cima. O projeto, numa perspectiva progressista, é o meio pelo qual os agentes diretos da escola tornam-se sujeitos históricos, isto é, sujeitos capazes de intervir conscientemente e coletivamente nos objetivos e nas práticas de sua escola, na produção social do futuro da escola, da comunidade, da sociedade.

Pode-se dizer, então, que o projeto representa a oportunidade de a direção, a coordenação pedagógica, os professores e a comunidade tomarem sua escola nas mãos, definirem seu papel estratégico na educação das crianças

e jovens, organizarem suas ações, visando a atingir os objetivos a que se propõem. É o ordenador, o norteador da vida escolar (LIBÂNEO, 2008, p. 160-161).

Reiteramos a necessidade de serem criados espaços de diálogo dentro dos Conselhos Escolares, pois se trata de excelente oportunidade para promover o debate, o estudo e a reflexão sobre a realidade que cerca a comunidade. Além disso, partir da análise do contexto de vida concreto em que vivem as pessoas que compõem a comunidade escolar é fundamental para fazer, da educação ofertada pela escola, algo verdadeiramente significativo para todos. Esse processo conduzirá os representantes de segmentos e seus pares à condição de protagonistas na construção de sua história, sendo estes “sujeitos”, não “objetos”.

Para ser válida, toda educação deve necessariamente ser precedida por uma reflexão sobre o homem e uma análise do contexto de vida concreto do homem concreto que se quer educar (ou, para dizer de modo mais apropriado: que se quer ajudar a se ajudar).

Na ausência de tal reflexão sobre o homem, corre-se o grande risco de adotar métodos educacionais e procedimentos que reduziram o homem à condição de objeto.

Ora, a vocação do homem é ser sujeito, não objeto (FREIRE, 2016, p. 66-67).

É a partir da análise e da reflexão sobre a realidade concreta em que vivem os sujeitos da comunidade escolar que estes poderão planejar e construir uma educação verdadeira para todos. Como afirma Freire (2016), ao dizer que:

É mediante reflexão sobre sua situação, sobre seu ambiente concreto, que o homem se torna sujeito. Quanto mais refletir sobre a realidade, sobre sua situação concreta, mais ele “emergirá”, plenamente consciente, engajado, pronto a intervir sobre e na realidade, a fim de mudá-la (FREIRE, 2016, p. 68).

A realidade em que vivemos carrega consigo a condição de *estar sendo*, pois se encontra em constante transformação, algo que depende diretamente da participação do maior número possível de sujeitos para evoluir ou involuir. Os obstáculos que encontramos em dada realidade podem nos possibilitar rico aprendizado, a partir da leitura e reflexão que fazemos sobre suas causas e consequências. Sob a condição de *estar sendo* é possível, à realidade, ser transformada, o que significa que os sujeitos que dela fazem parte estão sendo “integrados” a ela e não “adaptados” a sua forma.

No próprio ato de responder aos desafios que seu contexto de vida lhe apresenta, o homem se cria, se realiza como sujeito, pois essa resposta exige dele reflexão, crítica, invenção, escolha, decisão, organização, ação

etc., ou seja, coisas pelas quais a pessoa se constrói, e que fazem dela um ser não mais somente “moldado” à realidade e aos outros, mas, sim, “integrado” (FREIRE, 2016, p. 71-72).

Promover essas reflexões acerca da realidade da escola e de sua comunidade é ação que precisa ser estimulada, incentiva, pois é a partir disso que será possibilitada a construção de sujeitos capazes de transformar a realidade cotidiana. Essas ações precisam estar articuladas com o Projeto Político Pedagógico da escola, pois este é um instrumento que auxilia a gestão dos recursos pessoais, financeiros e pedagógicos da escola, além de ser o guardião dos objetivos e princípios da educação a ser ofertada pela Unidade de Ensino. Sousa e Corrêa (2002) afirmam que:

[...] são princípios orientadores do projeto pedagógico: relação escola-comunidade, ação coletiva, gestão democrática, currículo, avaliação e valorização dos profissionais da educação. Esses elementos precisam ser problematizados na escola, a partir da consideração das quatro dimensões em torno das quais é organizado o trabalho pedagógico – pedagógica, administrativa, financeira e jurídica (SOUSA; CORRÊA, 2002, p. 55-56).

Observamos que a construção do Projeto Político Pedagógico perpassa todos os segmentos que compõem a escola. Além disso, fazem parte de sua composição: as discussões sobre a atuação dos profissionais que trabalham na Unidade de Ensino, direta ou indiretamente ligados à docência; a forma como o trabalho desenvolvido será avaliado; qual o entendimento de cidadão a escola possui e quer formar; qual o tipo de gestão embasará o funcionamento da escola; entre outros.

Assim, é necessário que as ações vinculadas ao Projeto Político Pedagógico sejam constantes dentro do ambiente escolar. Segundo Veiga (2009, p. 169), “a construção, a execução e a avaliação do projeto político-pedagógico requerem continuidade das ações, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de uma sistemática de avaliação de cunho emancipatório”.

Apesar de ser ferramenta fundamental para o planejamento e o desenvolvimento das ações da escola, o Projeto Político Pedagógico ainda carece de publicidade dentro do ambiente escolar, de modo que se torne um documento de domínio público. “Esse projeto [PPP], depois de pronto, teria um prazo de validade? [...] Se mudar a direção da escola, esse projeto continua?”. (Representante da comunidade local).

Depois de toda a discussão sobre o que é o PPP e sobre como ele pode ser utilizado, surgiram essas perguntas. Observamos que o trabalho que envolve a construção do PPP não é algo tão óbvio como parece ser e que as pessoas têm muitas dúvidas sobre ele. Além disso, as pessoas o enxergam como uma ferramenta de extrema importância para o desenvolvimento, o planejamento e a oferta de uma educação de qualidade ofertada pela escola à comunidade local. Por essas observações é que reiteramos a necessidade de dar publicidade ao PPP da escola, bem como tornar a sua construção algo coletivo-participativo. Isso permitiria tornar o ambiente escolar algo pertencente ao cotidiano da comunidade, bem como trazer essa comunidade para dentro da vivência escolar. É o que afirma Bordenave (1994):

A escola pública, antes encerrada em si mesma e dedicada quase que exclusivamente ao ensino de crianças e adolescentes, está procurando ser mais participativa em dois sentidos: o da participação da comunidade na escola e o da participação da escola na comunidade (BORDENAVE, 1994, p. 60).

A participação da escola na comunidade, e vice-versa, possibilita o planejamento e a oferta de uma educação voltada para a realidade local. Torna possível, também, a construção de um Projeto Político Pedagógico que contemple as necessidades concretas de formação e atendimento que a comunidade busca no espaço escolar. O autor afirma, ainda, que “[...] a participação escola-comunidade constitui um laboratório vivo onde os futuros cidadãos aprendem a difícil arte da convivência democrática” (BORDENAVE, 1994, p. 61).

O caminho que conduz à construção, efetivação e ao fortalecimento de relações democráticas passa pelo ambiente escolar, sendo de fundamental importância explorar todas as possibilidades que essa ação permite. As ações do Conselho Escolar precisam estar alinhadas ao PPP da escola, pois esse documento irá reger as ações desenvolvidas no espaço da Unidade de Ensino. Além disso, ele é a ferramenta motriz para que sejam alcançados todos os objetivos traçados para o desenvolvimento e a oferta de uma educação voltada para a realidade da comunidade escolar.

1.1.5. 5º Encontro Formativo

O 5º encontro, que estava agendado com os conselheiros da EMEF “Maria Augusta Tavares” para acontecer no dia 19 de junho, foi remarcado para o dia 26 de junho de

2019. Tal medida tornou-se necessária pelo fato de que os principais sujeitos pertencentes ao Conselho Escolar, a quem o processo formativo se destina precipuamente (segmentos de pais, de estudantes e da comunidade local), não puderam estar presentes. O representante da comunidade estava acompanhando o trabalho de limpeza de um terreno baldio localizado nas proximidades da escola e que se tornou ponto viciado para depósito e descarte de lixo doméstico e também de entulho. O representante do segmento de pais, embora tivesse confirmado presença no encontro previsto, desmarcou sua participação momentos antes, pois surgiu uma grande demanda de trabalho em seu comércio (é proprietário de uma oficina de bicicletas), o que acabou inviabilizando sua participação no referido encontro formativo. A representante dos estudantes estava participando, junto com outros colegas, de aula de campo sobre pontos histórico-turísticos e que ajudam a compreender o conteúdo da disciplina de História que está sendo trabalhado em sala de aula. Caso fosse mantido o encontro para a data prevista, estariam participando, apenas, os gestores, as representantes dos servidores e dos professores. Por esse motivo, optamos por remarcar o encontro para a semana seguinte, oportunizando que os segmentos ausentes pudessem participar.

Cabe aqui reiterarmos acerca da realidade que envolve os conselheiros e a comunidade escolar. A participação dos representantes dos segmentos que compõem o Conselho Escolar é condicionada a uma série de fatores que se configuram como dificultadores e, por vezes, até impeditivos para que estejam presentes nas reuniões e ações do Conselho de Escola. Já mencionamos, anteriormente, que a participação dos gestores, dos professores e dos servidores é garantida pelo fato destes desempenharem as funções de conselheiros escolares dentro de seu horário de trabalho. O mesmo não acontece com os representantes da comunidade, dos pais e dos estudantes, que necessitam desempenhar funções de extrema importância, para o seu cotidiano, em concomitância com a função de conselheiro escolar.

Dessa forma, o 5º encontro de formação, para os conselheiros escolares da EMEF “Maria Augusta Tavares”, teve início às 14h30min do dia 26 de junho. Estiveram presentes: o diretor da Unidade de Ensino; o vice-diretor; as representantes dos funcionários da escola (titular e suplente); a representante dos estudantes (titular); o representante da comunidade local e a representante dos professores (suplente). Eu

fiz a mediação do diálogo estabelecido no encontro de formação. Não esteve presente o representante do segmento de pais (suplente), devido estar trabalhando no mesmo horário da formação.

Iniciamos o encontro relembrando os assuntos discutidos no encontro da formação anterior, onde foram tratados assuntos tais como: o “folheto de orientações” elaborado a partir das demandas relatadas pelos conselheiros escolares e que teria a finalidade de esclarecer dúvidas comuns que surgem durante as reuniões do Conselho; esclarecimentos sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP), sua construção e elaboração, ações que devem contar com a participação de todos os membros da comunidade escolar; entre outros.

O “folheto de orientações” foi disponibilizado para a escola, para que possa ser utilizado em eventos de formação para os próximos conselheiros que serão eleitos na eleição que acontecerá no final do mês de agosto, para compor o mandato 2019-2022 dos novos representantes do Conselho de Escola. Afirmamos, para o grupo de conselheiros, que o “folheto de orientações” deve ser utilizado em estudos e formações para os mesmos e que seu acesso deve ser disponibilizado para toda a comunidade escolar, criando, assim, possibilidades para que esta faça sua edição, supressão de itens/temas, inclusão de novos assuntos, complementação, entre outros.

Nesse encontro, fizemos questão de reafirmar que os objetivos traçados, desde o início, para todo o processo de formação foram: promover o diálogo sobre as várias possibilidades de trabalho e atuação do Conselho Escolar; incentivar a reflexão sobre a realidade da escola e da comunidade onde esta se insere; promover o debate sobre o papel do Conselho, entre os representantes de segmentos; elaborar material de estudo que viesse representar a realidade do Conselho Escolar e as necessidades da comunidade; entre outros. A partir do levantamento destas questões pudemos realizar, coletivamente, a avaliação dos encontros, o que nos permitiu visualizar todas as etapas do trabalho que foram positivas, bem como as que podem melhorar. Sugestões para enriquecer as formações, em futuros encontros, também foram apontadas, fato que nos fez perceber as transformações, mesmo que incipientes, ocorridas na prática dos conselheiros e na maneira como estes percebem, refletem e se integram à sua realidade (FREIRE, 2016) e seu cotidiano, comparando-se com o período quando iniciamos as formações.

Eu acho que ajudou, porque esclareceu muita coisa. Por exemplo, a representante dos estudantes achava que era só resolução de problemas... E até mesmo pra nós percebermos que nós estamos, apenas, tratando problemas nas reuniões do Conselho. A gente não tá tratando de coisas que estão por vir a acontecer, coisas positivas, visitas pedagógicas etc., a parte boa não está sendo colocada em prática. O que a gente tem colocado muito em prática são os problemas que ocorrem na escola. Isso é bom pra gente poder se policiar mais nisso também. (Representante dos professores).

O relato da representante dos professores nos evidencia a valiosa ajuda que as formações trouxeram, para a prática dos conselheiros, já em um curto espaço de tempo. A partir das reflexões feitas, eles puderam perceber a importância do Conselho Escolar e as variadas possibilidades de trabalho que ele oferece. É óbvio que, dos temas para trabalho que motivaram/motivam as convocações para que o Conselho se reúna, aqueles que envolveram/envolvem a resolução de problemas ocupam posição de destaque nas ações do órgão, mas as possibilidades e potencialidades de trabalho vão muito além disso, fato que pôde ser desvelado pelo grupo com as reflexões e problematizações feitas durante os encontros de formação propostos.

Outro ponto destacado durante a avaliação referiu-se à possibilidade e necessidade de serem criados espaços de diálogo dentro do Conselho, como forma de promover os estudos e a reflexão, dos conselheiros, acerca da realidade cotidiana vivenciada na/pela comunidade escolar, o que possibilita e incentiva o *estar com* (FREIRE, 2014). Além disso, criar tais espaços de diálogo seria uma forma de incentivar e qualificar a participação (BORDENAVE, 1994) consciente e atuante de todos os representantes de segmentos, algo que é visto como sendo de fundamental importância para que as ações realizadas pelo Conselho de Escola logrem maior êxito e se desenvolvam.

Eu acho complicado [...], é extremamente complicado. A gente, ultimamente, não tem tempo. [...] Tudo é na correria [...], a gente não tem um momento assim, de dar aquela respirada, e ficar “à toa”. Não tem como a gente dar um tempinho pra gente mesmo, não tem como. É o tempo inteiro a gente aqui [...], com essas demandas: acaba de sair da frequência, entra na prestação de contas; entra no mapa de carga horária, que até hoje eu não consegui concluir, e olha que já saíram alguns professores e entraram outros, daí eu vou ter que refazer todo o meu mapa de carga horária. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

Apesar de estarem cientes das dificuldades a serem enfrentadas para qualificar as ações do Conselho, vemos que a rotina exacerbada de trabalho, fato que consome a

maior parte do tempo e das ações dos conselheiros, inviabiliza que estes vislumbrem qualquer saída que venha transformar tal realidade.

Dar conta de todas as demandas que surgem no cotidiano escolar figura-se como tarefa hercúlea, porém necessária, mas que muitas vezes é de difícil enfrentamento. Mesmo com todos estes enfrentamentos travados, a forma como funciona e age o Conselho Escolar da Unidade é tida como satisfatória, para os padrões apresentados em comparação com os Conselhos de outras Unidades de Ensino. Além disso, foi sugerido que tais formações poderiam ser mais específicas e direcionadas, atingindo os segmentos que compõem a comunidade escolar com maior profundidade, baseando-se nas suas necessidades reais.

De todas as escolas, das quais eu já participei e participo, até hoje, a única que consegue fazer isso aqui [reunir o Conselho para resolver problemas e para participar de processo formativo] é a nossa. [...] Para um primeiro momento, foi super esclarecedor. Eu acho que deveria ter assim, uma outra formação, com maior profundidade, principalmente pra quem é de comunidade, quem é aluno... Porque, queira ou não, essa mocinha aqui (referindo-se à representante dos estudantes) está aprendendo várias coisas, ela está percebendo várias coisas e é ela o futuro de tudo isso aqui. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

Ter oportunizado aos conselheiros momentos para que pudessem refletir sobre sua realidade, bem como problematizar a mesma, foi fundamental para elucidarmos a importância que os processos formativos têm e que possibilitam a construção do conhecimento de toda a comunidade. Isso ficou bastante evidente pelo relato do representante da comunidade, um senhor que atua em movimentos comunitários e órgãos colegiados há bastante tempo, mas que não conhecia todas as possibilidades que os Conselhos oportunizam.

Eu avalio como boa, como positiva. Todo esse trabalho foi importantíssimo. Eu fiquei sabendo de coisas aqui que, nesses anos todos participando de escola, eu não sabia. Por isso que eu fiz a pergunta “quem autorizou vocês saírem daqui?” [sobre a saída dos estudantes para uma aula de campo, na semana anterior, e que contribuiu para que nosso encontro de formação precisasse ser remarcado]. Eu não sabia dessa situação, de autorização da Secretaria de Educação. [...] Então isso vai servindo, porque a gente vê o Conselho de Escola resolvendo problemas e o Conselho é formado por quê? Porque é formado o Conselho de Escola? Foi porque a lei decide. A direção de uma escola ia formar um Conselho se a lei não exigisse? Se não precisasse, se não tivesse dificuldade de trabalhar na escola? Se não formar um Conselho vai ter dificuldade, não vai conseguir. [...] Precisa do Conselho de Escola, do Conselho Fiscal, numa prestação de contas, é disso que precisa. Então, realmente os Conselhos que a gente vê é formado [sic] só mesmo pra poder dar condições da escola caminhar, funcionar. (Representante da comunidade local).

A leitura que ele faz da atuação do Conselho, bem como os motivos que levam este a funcionar da maneira posta, foi construída a partir de suas próprias reflexões que foram construídas no coletivo e de maneira participativa. Vemos que os conselheiros são capazes de construir seu próprio conhecimento, necessitando da ajuda de outros apenas para lhes possibilitar espaços para o diálogo e a reflexão. Ademais, podemos observar que os encontros de formação já começaram a render frutos positivos, pois os conselheiros começaram a ver o trabalho que desenvolvem, ou que podem desenvolver, sob outro olhar. Eles já problematizam a própria realidade de suas ações dentro do Conselho, pois estão refletindo a própria prática (FREIRE, 1981), fato que parecia distante até bem pouco tempo.

Nos encontros anteriores, os conselheiros manifestaram interesse em saber um pouco mais sobre as formas de agir do Conselho, os assuntos que podem e que não podem ser tratados nas reuniões do mesmo. Tais indagações possibilitaram importante debate acerca das ações e alternativas de trabalho, visto que eles estavam bastante acostumados a reunir-se para tratar, apenas, de problemas surgidos no cotidiano escolar. Igualmente, ficou explícita a vontade que os representantes de segmentos têm de difundir e propagar o conhecimento ali construído, socializando com seus pares tudo o que foi estudado e dialogado naquele espaço de formação. Atuar como um multiplicador do conhecimento é extremamente importante, pois são pessoas da comunidade refletindo e agindo de acordo com sua própria realidade, construindo algo significativo para todos (FAUNDEZ, 1993).

Então foi bom pra gente saber como cobrar certas coisas. A gente não vai mais ficar nessa situação, não vai ficar cobrando o que está vendo que não tem condições de fazer. Tem coisas que a gente pode ter uma ideia, “olha, isso aqui pode fazer dessa forma”... Abriu bem as ideias. Agora eu vou participar do Conselho lá [fará parte, enquanto líder comunitário, do Conselho de outra escola do bairro e que foi municipalizada recentemente], a gente vai entrando com a mente mais aberta, pra contribuir, também, com a formação dos de lá, né? Vai ter os pais dos alunos de lá também né, que a gente vai estar observando todo o andamento pra ver como ajudar. (Representante da comunidade local).

A construção do conhecimento significa empoderamento, significa criar relações de autonomia, mesmo que isso não signifique ter total independência. Como já foi citado anteriormente, Freire (1991) afirma que estamos ainda aprendendo a fazer democracia, o que torna ainda mais premente nos posicionarmos de maneira que nossos anseios sejam considerados e respeitados, e que os outros sujeitos que

configuram nosso meio não usem de métodos escusos para ludibriar nossas decisões. A democracia tem sido construída a duras penas e de forma bastante lenta, fato que nos faz lutar, cotidianamente, para que esta seja exercitada com vistas a consolidar-se, de fato.

A carência de conhecimento e informações suficientes a respeito de algo faz com que algumas pessoas optem por manipular o poder de decisão de outrem. Quando isso não é possível, elas agem de forma a desestimular, menosprezar ou até desprezar o ponto de vista defendido ou o que foi decidido por um dado representante. Situações como estas foram vivenciadas pelos segmentos de pais, de estudantes e da comunidade, onde o que estava em xeque era a mudança do atendimento dado pela escola à comunidade.

A escola, que era conhecida por prestar o atendimento das séries finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) à comunidade, recebeu comunicado da Secretaria Municipal de Educação – SEME afirmando ser necessário abrir turmas para atender as séries iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). Tal fato implicaria na mudança de toda a organização da estrutura de funcionamento da Unidade de Ensino. Dessa forma, os gestores da escola precisariam reorganizar e reestruturar toda a ordem de funcionamento da mesma, o que implicaria mudanças no enquadramento profissional de muitos servidores (professores). Como não era uma decisão simples de ser tomada e precisava da ajuda de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar para decidir como seria a nova organização da Unidade, o caso foi levado para o Conselho de Escola.

Como o atendimento seria dado à comunidade local, o caso foi amplamente discutido em reuniões do Conselho de Escola, onde todos puderam refletir sobre tal situação e decidir sobre os rumos que a escola deveria tomar no atendimento aos estudantes e à comunidade. Nesse momento, muitos conflitos de ideias foram travados, pois um grupo de profissionais queria sobrepor às decisões e ao bem estar coletivos os anseios particulares e individuais.

[...] Até a nossa mudança aqui, de turmas, se não tem um Conselho de Escola, a gente não teria conseguido não. Foi uma queda de braço até no Conselho, porque ficou, basicamente, empatado. Tinha gente já contando com o voto dos mais inexperientes, tentando induzir o voto deles. Por que as pessoas reconhecem em quem vai votar a possibilidade de tentar influenciar esse voto. Mas, graças a Deus, não teve essa influência e cada um votou segundo a sua consciência, a sua visão. Então eu acho que, naquele momento, o Conselho da nossa escola mostrou uma certa

maturidade... Não teve briga, teve um embate na votação e ponto, acabou. E, lógico, só ocorreu [o respeito à decisão da votação do Conselho] porque estava tudo embasado e calçado pelo Conselho, porque, se não tivesse, tudo teria ido por água abaixo e ia ser uma confusão nessa escola. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

Tal excerto nos permite refletir sobre a realidade do Conselho Escolar no que perpassa um acontecimento real, concreto, onde as pessoas tentaram manipular os conselheiros e fazê-los agir de acordo com os interesses particulares desse grupo de pessoas. Ações como “menosprezar”, “desprezar” e “desqualificar” o voto dos segmentos de pais, de estudantes e da comunidade foram realizadas, pois tais segmentos eram vistos como “inexperientes” e, portanto, fáceis de serem cooptados. Vemos aqui a importância e a necessidade de termos mais processos formativos como esse que foi compartilhado, pois caso os conselheiros tivessem passado por processo semelhante anteriormente, teriam mais subsídios para reafirmar sua postura e importância enquanto representantes dos segmentos que compõem o Conselho Escolar.

Criar espaços para que o outro se manifeste e se sinta à vontade para expressar sua opinião, contando com a confiança do grupo ao qual pertence, é de fundamental importância para garantir o sucesso do trabalho desenvolvido, bem como a satisfação de todos os envolvidos com os procedimentos adotados durante o processo. Sobre esse aspecto, apontamos o que disse o representante da comunidade:

Teve gente que armou até depois, no final da votação, depois do resultado da votação, a conversa começou a descambar para um rumo onde eu não gostei da fala de algumas pessoas [...], porque acabaram menosprezando o nosso voto. O nosso voto foi menosprezado depois do resultado. Mas eu gostei da sua postura [do vice-diretor da Unidade de Ensino], sua postura foi firme manteve o resultado. (Representante da comunidade local).

Tal fala corrobora com a citada anteriormente, pelo Diretor da Unidade de Ensino, pois vemos que a tentativa de induzir o voto de alguns dos representantes e/ou desqualificar sua decisão foi prática comum, por parte de um grupo da comunidade escolar, nesse evento que envolveu o trabalho do Conselho de Escola. Além disso, o entendimento de que o trabalho feito pelos representantes do Conselho foi sério e que, por isso mesmo, deve ser respeitado foi muito importante para fazer valer as decisões tomadas no órgão colegiado. Tais decisões foram tomadas mediante muita discussão, reflexão e entendimento da realidade que cerca a comunidade escolar, onde suas necessidades e anseios foram colocados em primeiro plano, embasando

as decisões que foram tomadas. A necessidade do coletivo esteve sempre à frente nos momentos decisivos, sobrepondo-se aos interesses de alguns grupos.

O trabalho conduzido de maneira séria e responsável fez com que todo o grupo valorizasse ainda mais sua participação no órgão, pois, como afirmou o representante da comunidade, “se esse Conselho não mantivesse a postura, eu estava saindo fora também. Se o Conselho voltasse atrás”. A valorização das ações do Conselho, praticadas por seus conselheiros, é uma forma de incentivar e fomentar a participação de todos. Ações desse tipo fazem com que as pessoas da comunidade tenham vontade de participar dos projetos e medidas desenvolvidas no ambiente escolar. Valorizar o espaço do Conselho e de seus membros motiva a participação de forma mais atuante e democrática, conforme afirmam Freire (1991), Faundez (1993) e Bordenave (1994).

Apesar de todas as dificuldades que o Conselho de Escola enfrenta para elaborar, planejar, executar e deliberar sobre suas ações, observamos que foi fortalecido o sentimento de que ele tem poder decisório e que suas decisões não podem ser questionadas ou alvo de objeção, pois todas as medidas são feitas dentro da legalidade, com consulta prévia e participação de todos, deliberando a partir de interesses comuns e coletivos.

Mas o nosso Conselho é um dos poucos que funciona, mesmo sendo um Conselho de crise, de problemas. Porque, na verdade, a escola tem muitos problemas... Todas as escolas têm. Então a gente tem que ter muito jogo de cintura, mas depois que passa pelo Conselho de Escola, depois que o Conselho de Escola bateu o martelo, acabou a conversa. O coletivo decidiu e acabou. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

As formações com os membros do Conselho Escolar da Unidade de Ensino mostraram-se como sendo de grande valia para o processo de construção do conhecimento da comunidade escolar. Além dessa construção, os esclarecimentos acerca de dúvidas que existiam dentro da esfera de decisões configuraram importante vitória no que diz respeito ao fortalecimento do Conselho, da escola e de todos da comunidade escolar. A multiplicação do conhecimento construído nas formações já deu grande mostra de que será feito, dentro da própria comunidade, bem como em outros órgãos de escolas vizinhas. Esse foi o objetivo da criação de espaços de diálogo dentro do ambiente escolar: promover a construção de um conhecimento verdadeiramente significativo para todos (respeitando suas

características, sua história e sua experiência) e transformar cada membro representante em sujeito responsável por criar e modificar a própria história.

1.2. Participação dos conselheiros escolares nos Encontros Formativos

Os encontros formativos desenvolvidos com o Conselho Escolar da Unidade de Ensino ocorreram entre 24/04 e 26/06 e tiveram a participação de 08 (oito) dos 12 (doze) conselheiros representantes de segmentos (titulares e suplentes). Desses conselheiros, os únicos que estiveram presentes em todos os encontros foram: a representante titular dos estudantes e a suplente do segmento dos servidores; o Diretor da escola (titular do segmento de gestores) faltou no 3º encontro, enquanto o Vice-diretor (suplente do segmento) faltou no 2º encontro; a representante suplente do segmento de professores faltou no 2º encontro; o representante titular da comunidade faltou no 3º encontro; o representante suplente do segmento de pais esteve presente em dois (2º e 4º encontros) dos cinco encontros. O número total de faltas e os representantes dos segmentos que estiveram presentes em cada encontro estão representados na Tabela 1 a seguir.

TABELA 1: FREQUÊNCIA DOS CONSELHEIROS NOS ENCONTROS DE FORMAÇÃO					
ENCONTRO					
	1º ENCONTRO	2º ENCONTRO	3º ENCONTRO	4º ENCONTRO	5º ENCONTRO
SEGMENTO					
Gestor (T)	✓	✓	FALTA	✓	✓
Gestor (S)	✓	FALTA	✓	✓	✓
Estudante (T)	✓	✓	✓	✓	✓
Estudante (S)	NP	NP	NP	NP	NP
Comunidade (T)	✓	✓	FALTA	✓	✓
Comunidade (S)	NP	NP	NP	NP	NP
Professores (T)	NP	NP	NP	NP	NP

Professores (S)	✓	FALTA	✓	✓	✓
Servidores (T)	✓	FALTA	FALTA	FALTA	✓
Servidores (S)	✓	✓	✓	✓	✓
Pais (T)	NP	NP	NP	NP	NP
Pais (S)	FALTA	✓	FALTA	✓	FALTA

Obs.: ✓ = Presente; (T) = Titular; (S) = Suplente; NP = Não Participou.

Fonte: Elaboração do autor.

Como pôde ser observado, 04 (quatro) conselheiros não estiveram presentes em nenhum dos encontros formativos: o representante suplente do segmento dos estudantes trabalha no período diurno e estuda no turno noturno; o representante suplente da comunidade local afastou-se da escola e se desligou das atividades da comunidade depois que sua neta terminou os estudos na Unidade de Ensino e foi para outra escola; a representante titular do segmento de professores trabalha na Unidade de Ensino apenas no turno matutino; e a representante titular do segmento de pais afastou-se das atividades do Conselho há aproximadamente um ano, quando conseguiu novo emprego.

A realidade do Conselho Escolar, constatada através das informações contidas acima, nos possibilita refletir sobre algumas questões que devem ser consideradas quando da iniciativa de se fomentar e incentivar a participação dos representantes da comunidade escolar em órgãos colegiados, como o Conselho. Dentre essas reflexões estão assuntos como: a escola funcionar em tempo parcial, onde estudantes e profissionais da educação não podem dedicar seu tempo, de forma integral, no desenvolvimento das atividades e do trabalho educativo ali prestado; os representantes que trabalham na Unidade de Ensino (gestores, professores e servidores) têm sua participação no Conselho facilitada, pelo fato de desempenharem essa função em seu próprio horário de trabalho, ao passo que a participação dos representantes externos (pais, estudantes e comunidade local) acontece de forma voluntária, o que requer maior atenção e cuidado no processo, pois estes dividem seu tempo entre as atividades cotidianas básicas para seu sustento e sobrevivência e as que são de interesse coletivo; entre outros. Esses são alguns dos fatores responsáveis pela dificuldade de tornar a escola um local de maior proximidade entre os sujeitos que dela fazem parte e de tornar o trabalho, nela

desenvolvido, mais efetivo. Tais elementos impactam, diretamente, no trabalho da escola e na qualidade da participação dos representantes de cada segmento.

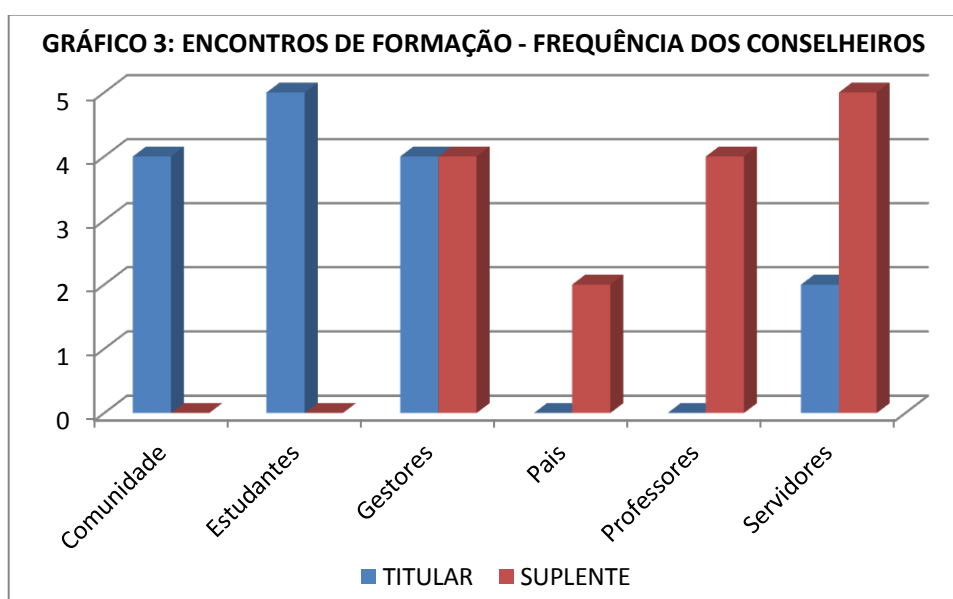
Ainda tratando dos elementos que dificultam ou impedem o desenvolvimento de ações efetivas dentro da esfera do Conselho de Escola está a questão da “invisibilização” do segmento, proporcionada pelo silenciamento de seus representantes. O segmento está presente, porém a presença de seus representantes no espaço da plenária, por si só, não garante uma sequência de trabalho efetivo e de forma continuada, uma vez que há grande dificuldade para iniciar a discussão dos assuntos (visto que alguns segmentos se tornam invisibilizados pela participação de baixa intensidade de seus representantes), mesmo quando a palavra lhes é franqueada, eles se calam. Além disso, alguns não criam laço de pertencimento com a escola, o que os leva a faltarem seguidas vezes ou se afastarem do órgão, abrindo mão de seu mandato. Pelo fato de ser um trabalho prestado de forma voluntária pelos membros externos do ambiente escolar, é compreensível que demandas surjam e venham lhes impedir de dar continuidade ao trabalho junto ao Conselho, no entanto essas questões precisam ser problematizadas e refletidas, coletivamente.

Outro elemento que obstaculiza o trabalho do Conselho de Escola é a dificuldade de se construir um calendário para marcar reuniões ordinárias e, com isso, planejar as ações a serem desenvolvidas no ambiente escolar. Diante dessa dificuldade, o Conselho passa a funcionar, basicamente, para resolução de causas emergenciais, para resolver problemas que surgem corriqueiramente na escola e que necessitam da convocação extraordinária dos conselheiros para deliberar sobre. Problemas como alunos indisciplinados, agressões e depredação do patrimônio público são alguns dos principais motivos de convocação para as reuniões do Conselho Escolar. Como mencionado anteriormente, há a necessidade de se problematizar e discutir, coletivamente no espaço do Conselho Escolar, sobre o significado de “indisciplina” que a escola mantém e a maneira como esta trabalha esse assunto com seus alunos. Quando questionados se haveria outra forma para o funcionamento do Conselho, a resposta foi a seguinte:

Eu acho que não, porque, no início, nós tentamos ter uma reunião, pelo menos, periódica [...] e não foi possível. Não teve como acontecer. Convidamos várias pessoas, poucos se prestaram a participar. Então eu acho complicado fazer de uma forma diferente da que fazemos hoje. (Vice-diretor da Unidade de Ensino).

Em virtude das dificuldades apresentadas, de se promover a participação efetiva e constante dos representantes no Conselho, alguns questionamentos surgiram: seria uma alternativa propor que se busque realizar reuniões mesmo com quórum mínimo, para garantir a discussão de uma gama mais variada de assuntos e buscar, também, realizar um planejamento das ações? Seria possível realizar “reuniões abertas”, com a participação de representantes de classes (não apenas com os representantes dos estudantes, mas com representantes de cada classe/sala da escola)? Essas são alternativas possíveis e viáveis para a realidade do Conselho Escolar, ações que possibilitariam a participação mais efetiva dos sujeitos, além de ampliar as discussões do órgão colegiado.

Retomando a discussão sobre os 05 (cinco) encontros formativos que aconteceram na escola e sobre a presença de cada representante de segmento nas formações apresentamos o Gráfico 3:



Fonte: Elaboração do autor.

Através da análise e observação do gráfico torna-se evidente o prejuízo que alguns segmentos têm/tiveram, quando da sua participação no Conselho Escolar e nos encontros formativos. Os representantes de pais, de estudantes e da comunidade tiveram uma participação menor do que aquela que deveriam e/ou poderiam ter, se considerarmos que o trabalho desenvolvido pela escola é voltado para eles, o que os torna peças centrais, e não secundárias, nesse processo.

Embora a educação ofertada pela Unidade de Ensino seja destinada a esses segmentos, eles pouco podem participar, opinar e/ou aprender com as decisões e

experiências ali vivenciadas. A escola precisa tornar a participação dos representantes de segmentos nas reuniões e ações do Conselho, algo pedagógico, que irá preparar a todos para exercerem a cidadania de forma atuante e consciente no meio social.

A participação alijada que os representantes dos segmentos citados possuem é ainda evidenciada na falta de diálogo, que alguns deles possuem, com seus pares. “Tenho pouco contato com os outros, pois estou muito envolvido com o comércio”. (Representante de pais).

Embora os problemas e as dificuldades tenham sido significativos, muitos pontos positivos foram destacados na análise do perfil do grupo de conselheiros, em relação ao processo formativo que tiveram a oportunidade de participar.

Eu avalio como boa, como positiva. Todo esse trabalho foi importantíssimo. Eu fiquei sabendo de coisas aqui que, nesses anos todos participando de escola, eu não sabia. [...] Abriu bem as ideias. Agora eu vou participar do Conselho lá [fará parte, enquanto líder comunitário, do Conselho de outra escola do bairro e que foi municipalizada recentemente], a gente vai entrando com a mente mais aberta, pra contribuir, também, com a formação dos de lá, né? Vai ter os pais dos alunos de lá também né, que a gente vai estar observando todo o andamento pra ver como ajudar. (Representante da comunidade local).

Além disso, constatamos a confiança que vários apontaram ter na possibilidade de melhoria das ações, na qualificação do trabalho do Conselho e na oportunidade de ter, no espaço do órgão colegiado, aprendizado significativo para o desenvolvimento de ações no ambiente escolar, pelo fato de terem participado dos encontros formativos.

2. REFERÊNCIAS

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação?** 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

FAUNDEZ, Antonio. **O poder da participação.** São Paulo: Cortez, 1993. *Coleção questões da nossa época*, v. 18.

FREIRE, Paulo. Papel da Educação na Humanização. **Revista Paz e Terra**, Nº 09, p. 123-132, out. 1969. Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/1127/1/FPF_OPF_01_003.pdf. Acesso em: 1 jul. 2018.

_____. *Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação.* In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 34-41.

_____. (et. al.). *À guisa de introdução: dialogando sobre disciplina com Paulo Freire.* In: D'ANTOLA, Arlette (Org.). **Disciplina na Escola: Autoridade versus Autoritarismo.** São Paulo: EPU, 1989. p. 1-12.

_____. **A educação na cidade.** São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 57. ed. rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. **Conscientização.** São Paulo: Cortez, 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 5. ed. rev. e amp. Goiânia: MF Livros, 2008.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** 4. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2016a.

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da escola pública.** 4. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2016b.

PPP – **Projeto Político Pedagógico da EMEF “Maria Augusta Tavares”**, [2010?].

RICHARDSON, Roberto Jarry (et al.). **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, Itamar Mendes da. **Conselhos de Escola na Cidade de São Paulo.** São Paulo: Instituto Pólis / PUC-SP, 2002. 48 p. Coleção Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, Caderno 9: Educação – Conselho de Escola.

_____. *Autoavaliação e gestão democrática na instituição escolar.* In: **Revista Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 66, p. 49-64, jan./mar. 2010a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n66/a04v1866.pdf>. Acesso em: 04 set. 2018.

_____. *Acompanhamento e análise curricular: avaliar para aprender.* In: RODRIGUES, Alexsandro (org.). **Currículo na formação de professores:** diálogos

possíveis. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Núcleo de Educação Aberta e à Distância, 2010b. p. 53-75.

SOUSA, José Vieira de; CORRÊA, Juliane. *Projeto pedagógico: a autonomia construída no cotidiano da escola*. In: DAVIS, Cláudia [et al.]; VIEIRA, Sofia Lerche (orgs.). **Gestão da escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 47-75.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (org's.). **Dicionário Paulo Freire**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto Político-Pedagógico e Gestão Democrática: novos marcos para a educação de qualidade*. In: **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, jan./jun. 2009. p. 163-171. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/109/298>>. Acesso em: 16 jun. 2019.